

**PEDRO PIRES VISITA ITÁLIA  
NA PRÓXIMA SEMANA A  
CONVITE DA FAO**

O Presidente da República parte na próxima semana para uma visita oficial de sete dias à Itália, a convite da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO. À margem da sua participação na 34ª Conferência da FAO e no Evento Especial sobre Florestas e Energia, Pedro Pires vai encontrar-se com o primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, com os cónsules honorários de Cabo Verde naquele país e com a comunidade cabo-verdiana.

Em Roma chefe de Estado vai, segundo um programa provisório da viagem a que **A Semana** teve acesso, encontrar-se com o grupo africano da FAO, com o da CPLP e vai também participar num evento especial sobre Florestas e Energia. Um encontro com a directora-executiva do Programa Alimentar Mundial, Josette Sheerham, e com o presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Lennard Boge, constam também da agenda.

Pires vai reunir-se ainda com o primeiro-ministro italiano, Romano Prodi. Por confirmar está uma possível visita ao Vaticano para ser recebido pelo Papa Bento XVI.

Nos sete dias em que permanecerá nesse país onde existe uma significativa comunidade cabo-verdiana, o Presidente da República vai também saber como estão a funcionar a embaixada e os consulados de Cabo Verde em Itália, sendo que no domingo, 25, vai condecorar os cónsules honorários de Cabo Verde em Turim e Nápoles, respectivamente, Piergiorgio Gili e Giuseppe. Previstos também encontros com membros da comunidade cabo-verdiana. Embora o itinerário completo do chefe de Estado ainda não esteja definido. **A Semana** soube que Pires visitará, pelo menos, as cidades de Piemonte, Nápoles, Turim, Roma e Fossano, onde residem muitos cabo-verdianos.



**PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E EUROPA**

## Decisão final é terça-feira

Cabo Verde enfrenta na próxima terça-feira, 20, em Lisboa, o terceiro e derradeiro teste à sua parceria especial com a União Europeia. O Conselho Europeu de Assuntos Gerais e Relações Externas, órgão formado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos 27 estados que formam a UE, vai reunir-se e tomar a decisão final e definitiva sobre aquele acordo de parceria. Entretanto, este arquipélago vai fazer-se representar na cimeira Europa-África, e depois na cimeira anual da CEDEAO, pelo primeiro-ministro, José Maria Neves.

Continua sobre rodas e a todo o vapor o processo de parceria especial entre Cabo Verde e a União Europeia. Depois de a Comissão Europeia ter aprovado o projecto no passado dia 24 de Outubro, na semana passada foi a vez do Parlamento Europeu fazer o mesmo, faltando agora apenas a decisão final e definitiva do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE).

Esta entidade reúne-se na segunda e terça-feira, dias 19 e 20 de Novembro, em Lisboa, tendo como um dos pontos da sua agenda a parceria especial com Cabo Verde. Ou seja, caberá ao CAGRE a palavra final nesta ponte “*euoverdiana*” que começou a ser construída nos finais dos anos noventa, ganhou fôlego nos primeiros anos desta década e entrou em velocidade cruzeiro nos últimos 12 meses, superando, inclusive, as previsões mais optimistas.

De acordo com uma fonte cabo-verdiana, todos os aspectos técnicos referentes ao dossier da parceria especial já foram analisados pelos serviços que assessoram o CAGRE e não surgiu, neste nível, nenhum óbice ao protocolo que irá regular a referida parceria especial. Ainda assim, a Cidade da Praia prefere manter alguma cautela, não vá o diabo tecê-las. Isto para salvaguardar o surgimento de eventuais resistências de última hora e que, a surgirem, poderiam constituir

um balde de água fria no entusiasmo que este assunto tem vindo a merecer junto dos cabo-verdianos.

“*As indicações que temos é que não devem surgir problemas, significando isto que a parceria especial é, até aqui, um dado adquirido por Cabo Verde neste momento*”, confidenciou a fonte de **A Semana**, para quem muito dificilmente o CAGRE deverá travar uma decisão já aprovada e avalizada pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu. “*Ainda assim o seguro morreu de velho*”, foi dizendo.

Em suma, uma vez aprovado o memorando que estabelece as condições em que a “*Parceria Especial*” se irá processar, as duas partes devem passar de imediato à fase de concretização do Plano de Acção, documento que na prática dá corpo à ideia de relações mais estreitas entre Praia e Bruxelas. Infra-estruturas, segurança, formação técnica e humana e ambiente são, entre outros, alguns sectores que deverão merecer um forte engajamento europeu a favor destas ilhas, nunca é de mais lembrar.

### EUROPA E ÁFRICA

Entretanto, Cabo Verde vai fazer-se representar na cimeira Europa-África, que acontece a 8 e 9 de Dezembro, em Lisboa, pelo primeiro-ministro José Maria Neves. Este encontro de chefes de Estado e de governo dos dois continentes tem estado ensombrada pela ameaça de boicote da Grã-Bretanha, caso o presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe, for ao encontro, o segundo do género depois de Cairo, em 2000.

Cabo Verde, através de José Maria Neves, já fez saber que alinha com os restantes países africanos, demarcando-se assim do boicote pretendido por Gordon Brown. Para JMN, a cimeira de Lisboa deve centrar-se no debate do que deve ser feito para um melhor relacionamento entre a África e a Europa e não deixar-se resvalar para questões marginais, como é o caso do Zimbabwe.

Depois de Lisboa, JMN encabeça a delegação de Cabo Verde à cimeira de chefes de Estado e de governo da CEDEAO, prevista para 17 de Dezembro, em Ouagadugu, capital do Burkina-Faso. Trata-se de uma oportunidade, segundo uma fonte autorizada, para Cabo Verde explicar aos demais estados os objectivos que pretende com a parceria especial com a Europa. Tranquilizá-los, ainda, de que isso não representa um virar de costas à sub-região de que Cabo Verde faz parte, e muito menos à África.

Neste quadro, a Cidade da Praia não deixará de aproveitar o encontro para fazer valer as suas especificidades no contexto da CEDEAO, particularmente no domínio da livre circulação de pessoas. Isto tendo em vista a dimensão que o fluxo de imigrantes do continente para Cabo Verde tem vindo a assumir. A cidade da Praia vai, inclusive, apresentar uma proposta de conteúdo para o artigo 68 do Tratado da CEDEAO que apenas prevê “*um tratamento especial aos países insulares*”.

Outro momento importante da próxima Cimeira de Ouagadugu é o futuro Acordo de Parceria Económica com a União Europeia que, em princípio, deveria entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2008. Mas, o mais natural, como admitiu um diplomata ao **A Semana**, “*é que a Comissão Europeia venha a adiar a implementação dos APE porque nenhuma das regiões africanas está preparada para esse efeito*”.

Ao que este semanário conseguiu saber, depois de alguma resistência, as autoridades cabo-verdianas admitem agora subscrever o APE no quadro regional da CEDEAO, desde que os interesses nacionais fiquem “*devidamente salvaguardados*”. Tanto mais que, para os devidos efeitos, a parceria especial vem criar um novo quadro de relacionamento bilateral entre Praia e Bruxelas, que ninguém, caso for aprovada, poderá ignorar.

# Mais promoções e novos uniformes



O dia da Polícia Nacional foi assinalado ontem, 15, com pompa e circunstância, num acto central que decorreu na Avenida Cidade Lisboa, na Praia. Durante a cerimónia, presidida pelo primeiro-ministro José Maria Neves, foram promovidos 147 policiais, distribuídos novos uniformes e impostas patentes agora unificadas a elementos da Polícia Marítima (PM) e Polícia Florestal (PF).

A celebração do 137º aniversário da PN culminou com a apresentação em parada, desfile de meios e das forças, integrando um número significativo de efectivos da Polícia da Ordem Pública, Guarda Fiscal, Polícia Marítima e Polícia Florestal, de Santiago. Além da estreia do novo uniforme de cor azul-escuro, fez-se também a imposição de patentes, agora unificados, a elementos da PM e PF.

Mas o destaque vai para a promoção de 147 policiais, abrangendo as diferentes categorias. Da lista dos 15 comissários que em tempos protestaram contra o facto de não poderem evoluir na carreira porque não haver vagas no posto imediatamente superior, ficaram de fora apenas Manuel Monteiro, actual comandante regional da Polícia Nacional em Santo Antão, e Vicente Cândido Tavares, director-adjunto da Escola Daniel Monteiro.

Este último chegou a ser suspenso, na sequência de um processo disciplinar, por causa da sua presumível ligação com suspeitos de tráfico de droga quando trabalhava como guarda-costas do Presidente da República. Além de críticas sobre a sua conduta social, Manuel Monteiro encontra-se, por seu turno, em conflito grave com alguns dos seus subordinados na ilha das montanhas. "Estas podem ser algumas das razões porque estes dois oficiais não foram promovidos", realça a nossa fonte, que pediu anonimato.

É o ministro da Administração Interna que promoveu os restantes 13 comissários, que ascenderam ao posto de subintendente. São eles Adriano Gonçalves, Daniel de Pina, Eugénio da Luz Fernandes, Tito Cardoso Barros, Herculano Semedo, Renato Lopes Fernandes, Guilherme Cardoso, Fernando Jorge Borges, José João de Pina, José Rui Sanches Alves, Alcides João da Luz, Manuel António Alves e Alírio Correia e Silva.

O despacho de Júlio Correia é extensivo a 13 subcomissários que transitaram para o posto de comissários. Mais oito chefes de esquadra passaram para subcomissários, um oficial da brigada da Guarda Fiscal subiu para Subcomissário e um 1º subchefe e um 2º subchefe da Guarda Fiscal ascenderam para a categoria de chefe de esquadra.

Na classe dos agentes, cuja promoção é da competência do director da Polícia Nacional, 14 1º subchefes evoluíram para o posto de sub-

chefe principal, um 2º Subchefe ascendeu para o escalão de 1º subchefe, 17 agentes da 1ª classe subiram para a categoria de Agente Principal e outros 84 agentes da 2ª Classe passaram para o escalão de Agente da 1ª classe.

## CRITÉRIOS E NOVO QUADRO DE PESSOAL

A ascensão na carreira deste contingente de 147 policiais obedeceu, segundo o director Nacional Adjunto para a área administrativa, superintendente João Domingos de Pina, a um conjunto de critérios, entre os quais o número de vagas fixado no decreto regulamentador nº 11/2007, recentemente publicado. Este diploma estabelece que o quadro de pessoal da PN deverá, até 2015, evoluir, de um efectivo actual estimado à volta de 1.100 elementos, para um total geral de 2.100 policiais.

Ou seja, com as promoções feitas, estão preenchidas, a nível do topo da nomenclatura policial, as vagas de dois Superintendente Geral, duas de quatro Superintendente, uma de cinco Intendente e 19 de 20 Subintendente. Os lugares das restantes categorias estão praticamente preenchidos: comissário (35), subcomissário (36), chefe de esquadra (40), subchefe principal (55), 1º subchefe (130), 2º subchefe (132), agente Principal (240), agente da 1ª classe (625) e agente da 2ª classe (775). O novo quadro de pessoal da PN inclui, por outro lado, mais um grupo de 95 civis que pode trabalhar nos diferentes estruturas policiais do país, serão recrutados através de concursos públicos a serem promovidos para o efeito.

Além do quadro de pessoal, João Domingos salienta que na elaboração da lista dos promovidos levou-se ainda em consideração outros critérios, como a disponibilidade financeira e a avaliação do desempenho dos candidatos, o desfecho eventual dos processos disciplinares. Tudo, segundo ele, com base nos estatutos da PN e demais legislação em vigor.

O programa dos festejos do 137º aniversário da Polícia inclui ainda a inauguração da nova sede do Comando Regional de Santa Catarina, palestras sobre segurança interna, planeamento estratégico e Código Eleitoral. Mais, convívio de confraternização e actividades diversas entre os efectivos das diferentes estruturas nacionais e centrais da Polícia Nacional.

O director nacional adjunto anuncia que a PN tem também na forja um plano de segurança a ser implementado durante a quadra festiva do fim do ano, com comandos operacionais próprios e um aparato policial forte para "desistumular" determinados fins.

Texto: Alírio Dias de Pina  
Foto: Eneias Rodrigues

Asemana Sexta-feira, 16 de Novembro de 2007

Actualidade

**MODERNO**

UMA FIRMA EFICIENTE PARA LHE SERVIR

**RentAuto, Lda.**  
A SUA EMPRESA DE ALIQUER DE AUTOMÓVEIS

Tel: 231 51 54 / Int: 541 85 85 - 854 85 52 / Fax: 232 74 70  
Tel: 231 96 64 / Tlm: 596 90 92 / Fax: 231 97 06 - 232 74 70 / E-mail: standmoderno@voisfcom.cv / oficialstand@voisfcom.cv

Rua Praia, nº 43 - Mindelo

Avenida Manuel de Matos - CP 361 - Mindelo - S. Vicente - Cabo Verde

Parceiros sociais satisfeitos

# GOVERNO concede 2,5% de reajuste salarial



Depois de uma maratona de umas 15 horas, os parceiros sociais – governo, centrais sindicais e patronato – reunidos em sede do Conselho de Concertação Social na última quarta-feira mostraram-se satisfeitos com os resultados conseguidos. O acordo, que foi assinado por todos os participantes desta reunião onde se discutiu o Orçamento do Estado para 2008, prevê aumentos salariais na ordem dos 2,5%, mais incentivos fiscais.

E é a exagerada carga fiscal que recai sobre os trabalhadores que Júlio Ascensão Silva, da UNTC-CS, prefere destacar. De acordo com este dirigente sindical, foi importante o reconhecimento a nível do CCS da excessiva carga fiscal que pesa sobre os trabalhadores. “Isso é importante porque houve consenso de que pela via da redução gradual dos impostos possa ser reposto o poder de compra dos

trabalhadores. Assim, para além da inflação, a ideia que ficou é de que no futuro a reposição do poder de compra possa ser feita sobretudo pela via da redução dos impostos”, realça Júlio Ascensão Silva.

Importa destacar esta mudança de estratégia porquanto, até à assinatura recente do Acordo de Concertação Estratégico, a principal referência para a atribuição de aumentos salariais era a inflação. “Doravante, o poder de compra pode ser reposto por outros mecanismos, nomeadamente pela via da redução gradual dos impostos. Isso é importante porque os trabalhadores pagam mais impostos do que as empresas”, repete este dirigente sindical.

Foi esse argumento que convenceu principalmente os sindicatos a acatarem os 2,5% de aumentos salariais para 2008 – a UNTC-CS tinha começado por apresentar

uma proposta de 3%. O governo comprometeu-se ainda a implementar um novo Código de Imposto de Selo, que beneficia os trabalhadores de forma indirecta, e a actualizar o mínimo de existência, que é retido no Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), de 160 contos para 200 contos.

Outras medidas propostas pelo executivo de José Maria Neves, e que agradaram os sindicatos, são o aumento dos montantes dedutíveis de rendas de casas e dos juros bancários de empréstimo à habitação de 180 para 280 contos, e ainda o princípio de flexibilização relativo às promoções, progressões e reclassificações. Para a função pública, a ministra Cristina Duarte anunciou a aprovação do novo PCCS no próximo ano, que irá rever as promoções, as progressões e as reclassificações com base no mérito.

Constância de Pina

## Cabo Verde Shipping Agency, Lda.

De porto em porto até si.

PORTS	VESSELS VOY	EASTSTAR 22.738	AÇOR B 22.737	WASABORG 22.736	THEMSE 22.739	EASTSTAR 22.740	AÇOR B 22.741	EASTSTAR 22.742	NORDSTAR 22.743	EASTSTAR 22.801	NORDSTAR 22.802	EASTSTAR 22.803	NORDSTAR 22.804
LE HAVRE	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Watson Brown	etd	12 Out	---	31 Out	---	14 Nov	---	02 Dez	15 Dez	23 Dez	02 Jan	12 Jan	21 Jan
ANTWERP	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
ACSA92	etd	12 Out	---	31 Out	---	14 Nov	---	02 Dez	15 Dez	23 Dez	02 Jan	12 Jan	21 Jan
ROTTERDAM	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Cross Ocean	etd	15 Out	---	03 Nov	---	14 Nov	---	02 Dez	15 Dez	23 Dez	02 Jan	12 Jan	21 Jan
LEIXÕES	eta	22 Out	29 Out	07 Nov	---	19 Nov	23 Nov	07 Dez	20 Dez	28 Dez	07 Jan	19 Jan	28 Jan
Transinsular	etd	24 Out	29 Out	08 Nov	08 Nov	19 Nov	26 Nov	10 Dez	20 Dez	31 Dez	10 Jan	21 Jan	31 Jan
LISBOA	eta	25 Out	30 Out	09 Nov	14 Nov	20 Nov	27 Nov	11 Dez	21 Dez	01 Jan	11 Jan	22 Jan	01 Fev
Transinsular	etd	28 Out	31 Out	09 Nov	15 Nov	20 Nov	27 Nov	11 Dez	21 Dez	02 Jan	11 Jan	22 Jan	01 Fev
LAS PALMAS (a)	eta	01 Nov	02 Nov	---	---	23 Nov	---	14 Dez	24 Dez	05 Jan	14 Jan	25 Jan	04 Fev
Berge	etd	01 Nov	03 Nov	---	---	23 Nov	---	14 Dez	24 Dez	05 Jan	14 Jan	25 Jan	04 Fev
SÃO VICENTE	eta	01 Nov	06 Nov	16 Nov	---	26 Nov	02 Dez	17 Dez	27 Dez	08 Jan	17 Jan	28 Jan	07 Fev
CSA	etd	06 Nov	06 Nov	16 Nov	---	26 Nov	02 Dez	17 Dez	27 Dez	08 Jan	17 Jan	28 Jan	07 Fev
PRAIA	eta	06 Nov	07 Nov	14 Nov	---	27 Nov	03 Dez	18 Dez	28 Dez	09 Jan	18 Jan	29 Jan	08 Fev
CSA	etd	10 Nov	06 Nov	15 Nov	---	28 Nov	04 Dez	19 Dez	29 Dez	10 Jan	19 Jan	30 Jan	09 Fev
BISSAU	eta	12 Nov	15 Nov	---	21 Nov	30 Nov	---	21 Dez	31 Dez	12 Jan	21 Jan	01 Fev	11 Fev
Agema	etd	13 Nov	17 Nov	---	23 Nov	01 Dez	---	22 Dez	01 Jan	13 Jan	22 Jan	02 Fev	12 Fev
LEIXÕES	eta	19 Nov	23 Nov	---	29 Nov	07 Dez	09 Dez	28 Dez	07 Jan	19 Jan	28 Jan	08 Fev	18 Fev
Transinsular	etd	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Obs: (a) Subject inducement Feeder from Rotterdam to Leixões

**SANTIAGO – PRAIA**  
**João Nunes**  
 Rua Visconde S. Januário nº12 – Caixa Postal 501 – PRAIA  
 Tel: +238 2 611179 \* Fax: +238 2 611198  
 e-mail: csa.com@cvtelecom.cv

**S. VICENTE – MINDELO**  
**Lucas Monteiro**  
 Rua Angola – Prédio Miguel Coronei R/C – MINDELO  
 Tel: +238 2 322750 \* Fax: +238 2 32275  
 e-mail: csa.vxe@cvtelecom.cv



# TACV, um caso sério



GERMANO ALMEIDA

Desde sexta-feira passada que estou à espera (eu e certamente mais alguns milhares de caboverdianos preocupados com este país) que alguém responsável do Governo venha desmentir de forma categórica e definitiva o assustador artigo publicado neste jornal pelo sr. Gil Évora relatando o que diz ser a situação que se está a viver nos TACV.

Digo “desmentir”, “repor a verdade”, enfim, tranquilizar-nos, porque ninguém quer certamente acreditar que o catastrófico estado que ele descreve como sendo o do actual TACV possa ser verdadeiro, ainda que, lamentavelmente, é preciso dizê-lo, esteja pessoalmente cada vez mais acreditado que o célebre princípio do Peter “*todo o homem tende a atingir o nível da sua incompetência*” tem plena aplicação no que se refere à governação política em Cabo Verde, facto que poderia ser ajustado para “*todos os partidos políticos caboverdianos atingem o nível da sua incompetência ao fim do primeiro mandato governativo*”.

Lembro-me de logo nos primeiros meses da vitória do MpD em 91 o Manuel Delgado ter escrito num dos jornais em que colaborava: ou o MpD governa bem o país durante os próximos quatro anos, e perde as eleições seguintes, ou governa mal desde agora e poderá ganhar. Ganhou! Pessoalmente, também acho que governou mal. Com o PAICV é o contrário. Fez um bom primeiro mandato. Este segundo está tendo muitos aspectos desastrosos!

Sim, já sei que vão ficar um pouquinho zangados comigo e tenho pena. Não necessariamente por ficarem zangados, bem entendido, mas sim por não estarem a governar bem, prometiam tanto! E bastaram apenas quatro anos para se deixarem destruir pela arrogância de quem tudo quer, pode e manda, afinal das contas estão matando as esperanças que o seu slogan de campanha (por amor à terra) nos fez acarinhar e alimentar, esquecidos todos de que o mandato é de apenas quatro anos.

Num dos últimos livros que li, encontrei esta frase que acho boa para reflexão: “*aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo*”. E estou convencido (quem me dera estar enganado!) que estamos de novo a repetir clamorosos erros do passado, mas agora com a agravante de serem irreversíveis. Os exemplos abundam nessa depredação desenfreada a que chamamos turismo, com os empresários estrangeiros em processos de verdadeira chantagem ao Governo (ou abre o aeroporto da Boa Vista ou desempregam x pessoas; ou permite a desertificação da ilha do Sal através da apanha da areia nas praias ou desempregam y pessoas, e assim sucessivamente), o Governo de bofe fora correndo atrás deles e cedendo sempre, são os míseros euros que dão pelas terras que depois vendem em pura especulação imobiliária que nos trazem esse ledão e doce engano de termos crescido a dois dígitos. É verdade que durante o fórum de “*A Semana*” em S.Vicente ouvimos alguém responsável dizer que não temos petróleo mas temos terras para vender, a

terra é o nosso petróleo. Só que a conhecida finitude de uma não se compara com a eventual granditude do outro.

Tenho para mim que o caboverdiano no geral tem um forte sentimento de nacionalidade, de pertença às ilhas, porém a esse sentimento não corresponde no mesmo grau a força que só um ideário nacionalista é capaz de trazer. Sim, também sei que o “*nacionalismo*” é agora uma espécie de sida na política, mas quando ouço o anátema lembro-me sempre de um grande dirigente sul-africano que afirmava a sua convicção de que o nacionalismo “*é o único antídoto contra a dominação estrangeira e o imperialismo moderno. É por essa razão, dizia, que os grandes poderes imperialistas tentam febrilmente, com todas as suas forças, desencorajar e erradicar toda a tendência nacionalista no seio dos seus súbditos estrangeiros*” caracterizando portanto os nacionalistas como seres limitados, bárbaros, incultos, mesmo diabólicos, enquanto que os crédulos da globalização são sempre uns gajos porreiros, cultos, progressivos, receptivos...

Ora será certamente essa ausência de nacionalismo que faz com que estejamos alegremente dispostos a vender as nossas terras a troco de umas férias no exterior, ou que o povo da ilha do Sal aceite pacificamente e sem protesto que um estrangeiro se aposse e tome conta como dono, com a complacência do Governo, de um espaço nacional de importância mundial como é a salina de Pedra de Lume. Bem, felizmente que essa atitude não é geral, em ilhas como Santo Antão a terra adquiriu um carácter sagrado, é elemento da família, o homem está ligado a ela, se não pelo sangue, pelo menos pelo suor.

De todo o modo, só essa ausência de um espírito nacionalista justifica essa ausência de qualquer atitude da generalidade dos caboverdianos perante a denúncia do sr. Gil Évora sobre os graves desmandos que estão acontecendo nos TACV.

Que os Transportes Atrasados de Cabo Verde estão piores desde há um ano a esta parte, não pode haver qualquer dúvida, mas a certos aspectos estamos de há muito habituados. Ainda há dias um voo S.Vicente-Sal que devia partir pelas 18 horas acabou por sair pelas 04 horas da manhã seguinte e no sábado passado um voo Sal-S.Vicente que devia estar aqui pelas dez da noite chegou depois da meia-noite. Não estávamos habituados é à quase palpável desmotivação profissional do pessoal com quem os passageiros têm contacto directo, vá-se lá agora conhecer as razões que levam essa gente a estar em quase permanente greve de zelo.

Fixemo-nos, porém, na informação passada pelo sr. Évora segundo a qual o director dos TACV, com a passividade da tutela, está a vender valioso património imobiliário da empresa. Ele pergunta e com razão se é justo que um estrangeiro contratado para um trabalho específico e por um período de tempo limitado esteja a vender um património que custou décadas a construir. Lembro-me da altura em

que se pretendeu que o MpD queria pôr à venda edifícios situados no estrangeiro e pertencentes ao Estado de Cabo Verde. Foi um Deus-nos-acuda! Nesse tempo o PAICV estava na oposição, estava ainda a ensaiar o slogan “*por amor à terra*” com que haveria de nos levar ao voto, e foi um clamor generalizado contra essa afronta que era vender edifícios que tanto tinham custado adquirir.

Até onde sei, essas vendas acabaram por não acontecer, em grande parte graças ao empenho do PAICV na oposição que não se cansou de denunciar o que eram classificadas de “*negociatas*” nada transparentes. Agora temos o PAICV, não na oposição mas sim no poder, e então só poderíamos contar com a força de uma opinião pública organizada para fazer frente a esse acto que o sr. Gil Évora mostra no seu texto não servir nem aos interesses da empresa, nem aos da diáspora, nem a ninguém.

Mas infelizmente não temos opinião pública no país quanto mais organizada, costume dizer que a opinião pública em Cabo Verde se resume à pessoa do lutador incansável de nome Maurino Delgado, abençoado seja o seu nome e longa a sua vida, porém ele é só um e não pode ao mesmo tempo atacar o barulho e defender os edifícios do Estado contra a sua eventual depredação, sobretudo se essa depredação está tacitamente apoiada pelo Governo.

Mas seria bom que o Governo nos explicasse essa derrapagem dos TACV que é visível e não pode ser escondida atrás de quaisquer palavras de políticos, por mais tortuosas que possam ser as formas de as dizer. Todos nos lembramos do Primeiro-Ministro a acenar-nos com uma companhia remodelada, competitiva, referência entre todas, a primeira da África. E todos acreditaram que seria assim, e poucos protestaram contra os despedimentos, ainda que seja verdade que numa sociedade como a nossa a margem de manobra de um trabalhador despedido é extremamente reduzida. Por isso, um prejuízo de quase 46 mil contos e uma perda de 38 mil passageiros nas rotas internacionais, apenas num semestre, precisam ser explicados aos cidadãos pelo Governo responsável pela contratação dessa empresa para a reestruturação dos TACV, sobretudo quando o sr. Évora afirma que o próprio Banco Mundial pôs reticências à sua contratação.

Fixemos por isso este parágrafo do sr. Évora. Vale a pena meditar sobre ele e perguntar se não é urgente multiplicarmos os nossos Maurino Delgado pelas ilhas, sob pena de acordarmos um destes dias como estrangeiros na nossa própria terra: “*Como é possível neste Cabo Verde de hoje tolerarmos que um gestor, durante um ano permanesse 21 dias por mês no exterior, se desse ao luxo de comandar uma empresa via Internet, aumentasse em 29% os custos com ajudas de custo e despesas de representação, sabendo que todo esse dinheiro será um dia pago pelo bolso dos contribuintes?*”

# QUANDO O USO DA MODA É INCÓMODA

**“Os acontecimentos políticos recentemente ocorridos, quer no seio do MPD, quer nas instituições da República, onde este detém a maioria, estando, ainda, longe de terem alcançado os seus efeitos, revelam, no entanto, algumas cenas públicas de combate político que se vem travando na disputa pela sua liderança, dando ao país a imagem real da própria identidade: um partido sem agregação ideológica, sem cultura democrática e sem estrutura filosófica, cujo objectivo é, tão-só, o poder pelo poder.”- “MPD E O PODER” in “A Democracia em Cabo Verde”, de Onésimo Silveira.**



ANTÓNIO NEVES

“  
... é imperioso saber  
destrinçar entre  
moda e modismo  
porque, não obstante  
terem, praticamente,  
as mesmas  
características, a  
virose da primeira  
tende, em primeira  
instância, a atacar  
tudo e todos.  
”

Cabo Verde atravessa uma fase ímpar do seu desenvolvimento, em que toda a sociedade dever(ia) estar empenhada, de alma e coração, para que tudo decorra sem sobressaltos, pois, como já foi dito vezes sem conta pelos actuais responsáveis pela administração deste país, a tarefa que nos espera não vai ser nada fácil. Aliás, para as novas etapas não há, infelizmente, como socorrer-se do tal método de “parto sem dor”, uma vez que, para os conhecedores da matéria, não é possível desenvolver um país pobre sem algum sofrimento de permeio.

Mas, ao contrário do que seria natural, esta, que poderá ser considerada uma fase de transição decisiva, e que está a aproximar-se a uma grande velocidade, vem suscitando (e isto é um facto indelével), muita alegria e entusiasmo da maioria esmagadora do povo cabo-verdiano, ao mesmo tempo que, por outro lado, vão sendo por aí derramados salpicos de aversão e má vontade muito mal disfarçadas, a ponto de ressaltarem, claramente, aos olhos de quem quer ver.

Uma das principais formas de combater essa contra-corrente que, por razões inconfessadas (ou dor de cotovelo crónica), parece empenhada em fazer emperrar a roda do desenvolvimento destas ilhas, é estarmos todos sempre atentos, especialmente agora que, por motivos que se prendem com as próximas eleições autárquicas, as águas agitaram-se de forma prematura, evidenciando uma clara falta de serenidade que faz com que o vento “soprado” desses quadrantes irrequietos não corra de feição. É aí que entra a perícia e o bom senso dos responsáveis pela governação, com vista a evitar que uma simples aragem seja transformada em tempestade. Mesmo que seja apenas num copo-d’água!

É evidente que não param de nascer novas “modas” à nossa volta. Havendo descuido, porque são sempre complementadas com manobras de diversão, passam despercebidas. E porque, como diz o povo, “homem desprevenido não vale um vintém furado”, o melhor é não se deixar levar na cantiga cuja finalidade é fazer adormecer os desatentos. Por isso, é necessário estar-se prevenido, não vá o diabo tecê-las!

Essas modas repentinas, que se dão pelo nome de “Cartas Abertas” (no caso

em apreço, democracia ou demagogia é “*même chose*”), mesmo parecendo triviais, costumam ser tão contagiantes quanto o são as “gripes de Inverno” que alastram como busca-pé. Só que, graças às vacinas anteriormente produzidas cá no burgo (não há qualquer semelhança com a célebre vacina contra a gripe!), tais “modismos” já perderam a capacidade de molestar como aconteceu no passado recente, em que os destinatários foram apanhados desprevenidos. Felizmente, ao que parece, o país está sendo confrontado por um género que gerido como mandam as regras, isto é, “*dançar em conformidade com a música*” (ou então, agindo como a caravana que passa), ele pode ser tão passageiro quanto o ar que se respira. Todavia, é imperioso saber destrinçar entre moda e modismo porque, não obstante terem, praticamente, as mesmas características, a virose da primeira tende, em primeira instância, a atacar tudo e todos.

Como é óbvio, toda essa teia de politiquices de vária índole que foi instalada em Cabo Verde com o advento do multipartidarismo, tem sido idealizada e aplicada em etapas concretas. Aplicação que tem vindo a coincidir com períodos de importantes mudanças estratégicas para o país (já se vai perdendo a conta do número das etapas!). Mas foi devido aos chorudos dividendos políticos que a teia propiciou, isso numa altura onde ainda reinava certa inexperiência nessas andanças das trapças da parte dos visados, alguma dessa teia acabou por lançar raízes, transformando-se em slogan, trazer benefícios durante uma década inteira, e só não se eternizou porque foi explorada, também por ingenuidade, como se fosse uma fonte sem fundo até a exaustão.

Entretanto, para manter a chama sempre acesa, principalmente agora que JM Neves e o seu Executivo, em particular, e a sociedade, em geral, têm estado a correr atrás dos objectivos traçados com régua e esquadro, e que se está prestes a ver o país a entrar numa nova fase, que se almeja altamente qualitativa, descobre-se um novo “*fait diver*”, pomposamente intitulado de “*cartas abertas*”.

Do que não restam dúvidas, e seria uma grande injustiça não reconhecê-lo, é o péssimo gosto na escolha do novo tipo de pressão (que deu tudo o que tinha a dar nos idos anos quinhentos) para esta nova fase do país, pois trata-se de uma versão que para além de não trazer nada de original, atribui aos seus ideólogos e respectivos autores um cunho de distinção e intelectualidade duvidosas, quando é sabido que se há coisa que seria incapaz de passar pela cabeça de remetentes que se prezam, é endereçar cartas abertas por “*de cá aquela palha*” para resolver assuntos seriíssimos.

Se, por um lado, há quem pensa que recados enviados por “*cartas abertas*”, particularmente em momentos em que qualquer stress governativo constitui uma forma de pressão (alguns pensam que esses momentos de viragem são propícios à obtenção de cedências, como forma de evitar

alaridos) por outro, há também quem julga que podem transformar-se em arma de dois gumes. De facto, tal tipo de acção pode ser tudo o que se quiser, menos ingénua. Mas é sempre difícil acreditar nisso, porque, a ser verdade, seria banal demais!

Já agora, terá alguma vez passado pela cabeça de algum alto dignitário escrever, por exemplo, uma cartinha, mesmo fechada que fosse (aqui poder-se-ia prescindir das abertas, cuja finalidade é, naturalmente, pressionar o destinatário!), aos pais e respectivos filhos, meninos “*de e na rua*”, que andam mal trajados e não frequentam os bancos da escola; que vivem, dormem, comem, satisfazem as suas necessidades fisiológicas ao Deus-dará, no sentido de, pelo menos, se solidarizar com eles?

Terá alguém já deixando transpirar alguma intenção de endereçar uma cartinha aberta aos ditos marginais e delinquentes, conhecidos por thugs, *caço-body*, ou mesmo aos violadores, independentemente da idade das suas vítimas, extensiva a todos aqueles outros cuja acção põem a segurança do país em risco, e que hoje em dia causam grandes preocupações e constrangimento ao nosso povo, no sentido de solicitar que parem de minar o prestígio destas ilhas, nomeadamente, frente à Graduação que ocorrerá dentro de dias, bem como a muita esperada Parceria Especial com a União Europeia? Não seria um louvável acto de cidadania pedir-lhes que ponderem sobre os efeitos dos seus actos negativos perante a sociedade e para a reputação de Cabo Verde, apelando ao bom senso de todos?

Estará, porventura, algum dos cidadãos que se preocupam com o bem-estar deste povo a pensar, ou até já disponível para endereçar uma espécie de carta circular (o conteúdo teria que ser o mais sucinto possível e em linguagem conciliatória) aos traficantes e correios de droga, batendo na gasta tecla que são os enormes malefícios que o uso desses produtos, designadamente, para a economia nacional, para a saúde dos consumidores (na sua maioria jovens tóxicos dependentes, quase em estado de irreversibilidade), e da sociedade, em geral, sugerindo que mudem de vida enquanto é tempo, a ver se a sua douda interferência teria o condão de produzir algum efeito benéfico, o que, não obstante todo o esforço desenvolvido, as autoridades instituídas não têm conseguido alcançar.

Porém, o ideal mesmo, nesta fase, seria remeter cartas abertas ao PR, ao PNA, ao PM e ao seu elenco governamental, como forma de cerrar fileiras à volta das principais instituições da República e incentivá-las a prosseguirem, sem desfalecimento, na sua luta titânica contra os males que ainda nos afligem. Seriam cartas abertas a apoiar todo o trabalho que tem vindo a ser levado a cabo para encontrar soluções para os casos bicudos, mencionados nos três parágrafos anteriores. Porque é disso que o País precisa neste momento, independentemente de quem esteja a governar. Se esta sugestão pegar, sou também capaz de contribuir com a minha quota-parte!

## SECTOR DO LOTO

Concurso N°2007/45 de 11 de Novembro de 2007

### TOTOLOTO

Números Extraídos: 6 - 11 - 18 - 30 - 36 - 41

1.º Prémio.....3.135.615,50.....0.....(JACKPOT)  
2.º Prémio.....368.845,60.....9.....40.982  
3.º Prémio.....553.263,40.....199.....2.780

### JOKER

Número Premiado: 947839

1.º Prémio.....8.688.653,50.....0.....(JACKPOT)  
2.º Prémio.....366.753,60.....0.....(JACKPOT)  
3.º Prémio.....156.079,05.....6.....26.013  
4.º Prémio.....260.131,75.....45.....5.780

Previsão para esta semana (Concurso n° 46 de 18-11-07)

### TOTOLOTO

4 100 000\$00

### JOKER

9 200 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!

# CRISE INSTITUCIONAL GRAVE?!

*Por vezes, quando reflecto sobre as tremendas consequências que resultam das pequenas coisas, fico tentado a pensar que não há pequenas coisas.”*

Bruce Barton

O que teria de acontecer para que se considere estar-se perante uma crise institucional grave, para efeitos do nº 2 do artigo 142º da Constituição da República de Cabo Verde?

Uma situação que esteja bloqueando o regular funcionamento das instituições democráticas configuraria uma crise institucional grave, para efeitos do comando legal registado atrás?

A impossibilidade sistemática de construção de uma maioria de 2/3 (dois terços), necessária para que a Assembleia Nacional tome decisões cruciais para o regular funcionamento do sistema democrático, pode configurar uma crise institucional grave?

O protelamento do recenseamento eleitoral e um eventual adiamento *sine die* das eleições autárquicas não será uma consequência suficientemente nefasta para que, em decorrência, se considere estar perante uma crise institucional grave?

A possibilidade de o Presidente da República não optar pela dissolução da Assembleia Nacional, mesmo que sejam rejeitadas duas moções de confiança ao Governo ou aprovadas quatro moções de censura, com medo de não se conseguir eleger uma nova assembleia, diante da não existência, no país, de uma Comissão Nacional de Eleições, não configura uma pré-crise institucional grave?

Imagine-se, por absurdo, que o processo de constituição da nova CNE dure o tempo que vem demorando o processo da escolha do 5º Juiz do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Diante disso, não poderiam ser realizadas nem as autárquicas do próximo ano, nem as legislativas previstas para 2011. Por criar obstáculos ao processo eleitoral, por prolongar mandatos, à revelia da Lei, a impossibilidade de se construir a maioria necessária para a eleição da CNE não configura uma crise institucional grave?

E não será tão absurdo assim, se se considerarem os sinais de autismo que emanam do centro constitucional do poder em Cabo Verde. A título meramente exemplificativo, transcrevemos abaixo o nº 1 do artigo 180º (COMPETÊNCIA EM RELAÇÃO A OUTROS ÓRGÃOS) da CR e os órgãos que não funcionam porque não foi possível a composição da maioria necessária para a sua eleição:

- “ARTIGO 180º DA CR

1. Compete à Assembleia Nacional eleger, por maioria de dois terços dos Deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções:

- Os Juizes do Tribunal Constitucional;

- O Provedor de Justiça;

- O Presidente do Conselho Económico e Social;

- Os membros da Comissão Nacional de Eleições;

- Os membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial e do Conselho Superior do Ministério Público;

- Os membros do Conselho da Comunicação Social e de outros órgãos cuja designação lhe seja cometida pela Constituição ou pela lei.

2...“

- O papel do Tribunal Constitucional vem sendo desempenhado, em regime de acumulação, pelo STJ; não há Provedor de Justiça (deixando uma lacuna claramente perceptível no arcabouço do Estado de direito democrático); desconhece-se quem seja o Presidente do Conselho Económico e Social (o próprio Conselho prima pela ausência); não há Comissão Nacional de Eleições (e, a

continuar assim, corre-se o risco de também não haver eleições); não se consegue chegar a consenso para a eleição do Conselho da Comunicação Social.

Do rol dos órgãos que são eleitos pela AN, por maioria de dois terços, só se conseguiu pôr de pé os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público. Convenhamos que é pouco. Muito pouco.

Em meu entender, a situação é grave. Está-se, salvo melhor opinião em contrário, perante uma crise institucional. A questão a pôr (e a responder) agora é esta: A presente situação configurará uma crise institucional grave?

Eu não sei responder. Melhor: tenho medo das consequências da resposta que possa dar. Isso, tendo em vista o conteúdo do nº 2 do artigo 142º da Constituição da República, que transcrevo abaixo:

2. A Assembleia Nacional poderá ainda ser dissolvida em caso de crise institucional grave, quando tal se torne necessário para o regular funcionamento das instituições democráticas, devendo o acto, sob pena de inexistência jurídica, ser precedido de parecer favorável do Conselho da República. (sublinhado meu).

Perguntar-se-á: o que tem demais um presidente da República dissolver o parlamento, a ver se se consegue, na eleição seguinte, uma nova correlação de forças capaz de desbloquear a situação?

Realmente, não seria nada demais. Seria a instituição Presidente da República funcionando, desfazendo o nó cego dado por outros actores políticos. Não seria nada demais... não fosse a inexistência de uma CNE e, logo, a impossibilidade de realizar umas eleições antecipadas sem o órgão gestor do processo eleitoral. Só isso.

E a situação é mesmo grave. Mesmo que não se considere a impossibilidade de construção da maioria necessária para a eleição da CNE uma crise institucional grave, só o facto de o PR não se atrever a dissolver o Parlamento, mesmo diante da rejeição de duas moções de confiança ou da aprovação de quatro moções de censura ao Governo, por não ter uma CNE para conduzir o processo para as subsequentes eleições antecipadas, configuraria uma crise institucional grave. Temos o Presidente da República manietado! E isso é grave. Aqui e na Cochinchina!

Que fazer? Ninguém, nem o mais inconsequente desbocado da praça, ousaria sugerir a dissolução da Assembleia Nacional. Como eleger uma nova Assembleia, se a crise é, exactamente, derivada do facto de não termos uma CNE?

Qual a saída, então? A saída mais airosa seria, sem sombra para dúvidas, os deputados da Nação demonstrarem-nos, categoricamente, que não há crise. Fecham-se numa sala, põem Cabo Verde acima de tudo, mostram o seu amor à terra, e, numa manhã, escolhem os cinco cabo-verdianos que vão integrar a Comissão Nacional de Eleições. E ponto final. Qual crise, qual carapuça – poderão dizer alto e bom som.

Esta seria não só a saída mais airosa, como a mais simples. Gente, deputados, qual é a dúvida em aceitar este ou aquele magistrado judicial para a CNE? Será que o exercício de funções na CNE é mais importante do que a de Juiz? Põem em causa a honorabilidade de um homem (ou de uma mulher) que decide, diariamente, se um cidadão que lhe é presente continua a usufruir do direito IR E VIR livremente ou se fica privado desse direito?

A responsabilidade de integrar ou presidir a CNE é maior do que a de ter de decidir acerca da liberdade de um indivíduo? É razoável entender-se que um homem (ou uma mulher) serve para Juiz mas não serve para integrar ou presidir a CNE? Não se estará menosprezando o papel e a responsabilidade de um magistrado judicial? Não se estará ultrajando a classe? E se, em retaliação, os magistrados judiciais se mostrarem indisponíveis para entrar nesse joguinho rasca, fruto de mentes rascas, de gente que acha que todos são capazes de fazer o que eles próprios passam a vida a fazer? Lá diz o ditado: DESCONFIADU TUDO É LADRON.

A outra saída seria Sua Excelência o senhor Presidente da República começar a usar a única linguagem que essa gente entende: a da FORÇA. Convocar o Conselho da República e começar a deixar claro que Sexa também tem poder e que se o jogo é cada um levar o SEU poder até ao limite, Sexa também estaria disposto a atingir o seu limite, ou seja dissolver o parlamento e convocar eleições antecipadas, DOAA QUEM DOER. Depois... é pagar para ver. Convenhamos que uma tal posição de força poderia ser assumida, sem problemas, por um Mário Soares ou por um Carlos Veiga, ou mesmo pelo NOVO Don Juan Carlos de Bourbon, mas nunca, por exemplo, pela Rainha da Inglaterra.

Outras saídas? Certamente que haverá outras saídas. Mas o jeito é mesmo os políticos deixarem aquela velha e saloia espreteza de quererem *passar o pau* um ao outro. E lá vem outro ditado: DÓS ESPERTO KÁ TÁ PÓ BURRO CARGA. Quando assim é, o burro faz a jornada com o lombo livre, enquanto a carga é transportada pelos ditos espertos. Quem disse que o Homem é o mais inteligente dos animais?! Só pode ter sido mesmo o Homem. E elogio em boca própria...

Mas chega de ditados por hoje. Temos uma situação que chegou ao ponto a que chegou porque não acreditamos no Homem; temos dele aquela visão que o psicólogo norte-americano Douglas McGregor condensou naquilo a que chama de **Teoria X**: o homem capaz de tudo e do pior.

Assumamos que se estamos onde estamos, se estamos na moda como usa agora dizer-se, que isso é resultado do trabalho e dos esforços de todas as cabo-verdianas e de todos os cabo-verdianos, com as nossas limitações, nossos erros e acertos. Vale a pena ter e manter uma outra ideia do Homem cabo-verdiano, que é como quem diz que devemos fazer algum esforço para que dele tenhamos aquela visão que McGregor explana naquilo a que apelidou de **Teoria Y**: capaz de tudo, do bom e do melhor, fazendo muito com pouco. Até porque não temos outra saída. Importamos tudo (*ou quase tudo*), mas não há como importar uma COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES.

Vamos tomar juízo e esconjurar a crise? Ou será preciso simplificar a Constituição, deixando que tudo seja decidido na base da maioria absoluta (*ou mesmo simples, não vá o diabo tecê-las*), confessando que ainda somos demasiado imaturos para lidar com arranjos e compromissos?

Para os senhores deputados (*e demais políticos*) registo aqui, pela sua relevância, uma pequena passagem do discurso de posse de George Bush (*the father*):

“Escolho como guia as palavras de um santo: nas coisas cruciais, unidade; nas coisas importantes, diversidade; em todas as coisas, generosidade.”



ANTÓNIO LUDJERO CORREIA

“  
A saída mais airosa seria, sem sombra para dúvidas, os deputados da Nação demonstrarem-nos, categoricamente, que não há crise. Fecham-se numa sala, põem Cabo Verde acima de tudo, mostram o seu amor à terra, e, numa manhã, escolhem os cinco cabo-verdianos que vão integrar a Comissão Nacional de Eleições. E ponto final.”

Sexta-feira, 16 de Novembro de 2007 **Asemana**

Opinião

## Alfândega da Praia repudia acusações de corrupção

Reagindo ao estudo sobre criminalidade e corrupção, em que se concluiu que as Alfândegas são as instituições menos credíveis em Cabo Verde, o director da Alfândega da Praia, a maior circunscrição aduaneira nacional, vem defender “a maioria” dos seus funcionários, afirmando que “não há corrupção generalizada” e que quem realizou o estudo não conhece o funcionamento das Alfândegas.

Para Joaquim Sena Silva, “a haver casos de corrupção”, a responsabilidade deve ser repartida por várias instituições, como a TACV, a ASA, a Enapor e a Guarda-Fiscal. “Há funções que são atribuídas à Alfândega e que não são nossas. Nós não guardamos as mercadorias, não fiscalizamos. A partir das 6 da tarde, os nossos funcionários vão para casa e as mercadorias ficam sob a responsabilidade da Guarda-fiscal e da Enapor. Por isso, não corresponde à verdade que o desaparecimento de mercadorias seja da responsabilidade exclusiva da Alfândega”, explica o director da circunscrição aduaneira da capital.

Sena Silva afirma não compreender como é que o estudo da Afrosondagem, com base num inquérito feito em 2005 e 2006, aponta as Alfândegas como “pouco credíveis” quando a circunscrição da Praia, por exemplo, tem apresentado, “nos últimos anos, um aumento exponencial das suas receitas”. Na sua opinião, “as premissas do estudo são falsas” porque atribuem ao elemento “mais visível – a Alfândega – uma responsabilidade que se subdivide por cinco entidades”. “As competências de cada um não são conhecidas, nem especificadas”, refere.

O director da Alfândega garante ainda que nunca lhe chegaram às mãos denúncias de casos de corrupção e quer mesmo que lhe sejam apresentadas provas. “Tivemos casos de suspeita de associação criminosa e desvio de fundos do Estado que fomos nós que denunciámos a partir de uma auditoria que foi feita na Alfândega. Não sei o que se passa com esses processos mas garanto que foram encaminhados para a Polícia Judiciária. A verdade é que nunca tivemos alguém imputado por corrupção e gostaria que as pessoas que têm queixas de fraude me apresentassem as provas das suas denúncias”, declarou. “Não há corrupção generalizada, mas um ou outro elemento, que muitas vezes nem é funcionário aduaneiro”, frisou ainda.

Sena Silva revela que há, por exemplo, indivíduos conhecidos como “tchapu na mon”, que se instalam junto à Alfândega e burlam, principalmente, os imigrantes. “São pessoas sem vínculo a qualquer despachante, que cobram taxas mais elevadas para despachar mercadorias e que acabam por passar como funcionários aduaneiros”.

O estudo da Afrosondagem, em que o sector judicial, os Ministérios do Governo e a Assembleia Nacional surgem como as instituições com maior credibilidade, teve o apoio do Escritório das Nações Unidas contra a droga e o crime (ONUDD) e da Comissão Nacional de Combate à Droga.



## PAICV acusa CRE da Praia de favorecer MpD

A polémica chegou à Comissão de Recenseamento Eleitoral da Praia. O PAICV acusa o presidente deste órgão, José Barbosa, de favorecer o MpD ao indicar, sem ouvir ninguém, os seis formadores para o recenseamento eleitoral geral, todos, afectos ao MpD. José Maria de Pina, dirigente dos tamarinas na Praia, já solicitou a intervenção da DGAPE e a responsável deste serviço, Arlinda Chantre, diz que vai tomar uma posição sobre a matéria logo que receber os esclarecimentos que solicitou junto da CRE da capital.

Nem mal começou o recenseamento geral eleitoral, está instalada a polémica a nível da CRE da Praia. Tudo porque o presidente desta comissão, José Barbosa, forneceu à DGAPE uma lista de seis técnicos que participaram no curso de formadores em kits para o referido recenseamento, realizado recentemente na Praia, sem que tenha ouvido os restantes quatro membros daquele órgão.

Os nomes indicados, com frequência ou formação superior em engenharia informática, foram, conforme uma nota da CRE a que A Semana teve acesso os seguintes: César Augusto da Rosa, Lucindo Tavares, Yazalde Fortes, António Valdemir Tavares, Virgílio Correia e Silva e Ronaldo Edgar Lima.

O líder do sector da Praia do PAICV, José Maria de Pina, contesta, em carta remetida no dia 31 à DGAPE, que a lista em apreço nem sequer foi aprovada pela CRE da capital. “Com efeito”, avança, “os nomes comunicados à DGAE nem sequer foram aprovados pela Comissão de Recenseamento. Introduziu-se um outro critério, não contemplado no Código Eleitoral, que é indicar representantes dos partidos políticos, sem que seja dada ao

PAICV a oportunidade de indicar alguém. Agindo desta forma, a Comissão deveria, naturalmente, pautar-se pelo pluralismo, de acordo com o espírito que norteou a revisão da lei eleitoral”.

Pina alega que esta escolha não é inocente e visa favorecer a oposição, já que, além de incluir Yazalde Fortes que é sobrinho do presidente do MpD, a lista inclui ainda Virgílio Correia e Silva, que é irmão de Ulisses Correia e Silva, candidato ventoinha à Câmara da Praia. Para o dirigente do PAICV, como está, a referida escolha “não dá garantias de distanciamento” e a indicação de tais cidadãos visa “introduzir mecanismos que conferem vantagens ao MpD”.

José Maria de Pina vai mais longe. Advoga que medidas correctivas devem ser adoptadas para garantir que o trabalho em curso seja sério, isento e tenha a transparência que se exige ao recenseamento. “Caso contrário”, defende a nota por ele enviada à DGAPE, “estava a conduzir-nos, no mínimo, a alguma confusão, o que não é desejável para o início deste processo. Devemos questionar até onde podemos ir, quando não temos a funcionar a Comissão Nacional de Eleições (CNE), órgão superior da administração eleitoral com poderes de supervisão e de coordenação”.

Ou seja, para o PAICV, “pode existir, por detrás” da decisão do presidente da CRE “uma estratégia nacional, muito bem concebida, de infiltrações para pôr em causa o bom desenrolar dos trabalhos”.

Confrontado com tais acusações, o visado, José Barbosa, riposta que a CRE da Praia se limitou a fornecer o currículo dos candidatos a formadores à DGAPE, que depois os seleccionou por reunirem os requi-

sitos considerados necessários. Este aspecto está, segundo José Barbosa, devidamente documentado na nota que remeteu à DGAPE e na qual a CRE da Praia informa “que após a análise curricular para a selecção de formador concluiu-se que os seis candidatos apresentados pela CRE encontram-se aptos a exercer a referida função”.

Barbosa justifica que, por causa disso, não viu a necessidade de reunir a CRE, porquanto a selecção dos candidatos era da inteira responsabilidade da DGAPE. “Cabia portanto à DGAPE decidir, caso existisse alguma incompatibilidade, se excluía ou não da lista de formadores remetida aqueles que são irmãos ou parentes de dirigentes deste ou daquele partido”, concluiu.

A Semana está no entanto em condições de avançar que a CRE, reunida no passado dia 12, se demarcou desta decisão do seu presidente, José Barbosa. «Esta matéria foi discutida durante a recente reunião da CRE, que decorreu no passado dia 12. Deliberou-se que o presidente da CRE deve comunicar à DGAPE que aquele órgão de recenseamento não foi tido nem achado no processo de escolha dos formadores para o recenseamento eleitoral geral», asseverou um dos presentes à reunião.

Abordada por este jornal, a directora-geral de Apoio ao Processo Eleitoral confirma ter recebido a carta de “um partido político” a reclamar da lista de candidatos ao curso de formadores de campo, curso esse concluído na semana passada. “Já solicitei a CRE para fornecer os esclarecimentos sobre o processo. Depois de receber à resposta, a DGAPE tomará uma posição sobre o assunto”, garante Arlinda Chantre.

Alírio Dias de Pina

## Luís Filipe Meneses vem a Cabo Verde

O presidente do PSD, Luís Filipe Meneses, visitará Cabo Verde em Fevereiro do próximo ano, retribuindo assim a visita que o seu homólogo do MpD, Jorge Santos, acaba de fazer a Portugal. Os dois dirigentes decidiram estreitar os laços de amizade e cooperação institucional entre os respectivos partidos, que fazem parte da mesma família internacional, a IDC - Internacional Democrata do Centro.

Neste sentido, segundo uma nota de imprensa do MpD, ficou acertada a vinda a Cabo Verde de Luís Filipe Meneses em Fevereiro para a assinatura de um Convénio de Cooperação entre o PSD e o MpD, altura em que o dirigente português se apresenta na

Convenção Autárquica do maior partido da oposição cabo-verdiana.

O convénio abrangerá, de entre várias áreas, a institucionalização de um encontro de líderes dos dois partidos, bem como uma agenda parlamentar através do intercâmbio entre os deputados do MpD e do PSD, acções de formação e troca de experiência em matéria de produção legislativa e debate sobre temas de interesse para os dois partidos e países e, por último, o encontro de autarcas dos dois partidos, “área onde o MpD pretende ser cada vez mais inovador, através de uma Nova Geração de políticas locais”, diz a mesma nota.

O encontro entre Santos e Meneses, em Lisboa, serviu

também para se debruçarem sobre o dossier de Parceria Especial de Cabo Verde junto da União Europeia. Jorge Santos solicitou ao seu colega o engajamento dos parlamentares do PSD e do PPE (família partidária maioritária no Parlamento Europeu) no sentido da viabilização final do dossier, que é de grande importância para o nosso país e também para a Europa.

Jorge Santos e Luís Filipe Meneses foram unânimes em considerar que este seu primeiro encontro inaugura uma nova fase no relacionamento entre as duas organizações políticas, permitindo que continuem a ser sujeitos políticos de capital importância para o funcionamento do sistema político de Cabo Verde e Portugal.

## JOSÉ MARIA NEVES APELA À UNIDADE INTERNA



# Espectro da divisão continua a ensombrar PAICV

Os apelos de José Maria Neves para a união e coesão no PAICV, ouvidos no congresso autárquico desse partido, caíram afinal em orelhas moucas. Luís Pires vai mesmo avançar como independente em S. Filipe contra Eugénio Veiga. Em Santa Catarina, João Baptista Freire mantém o compasso de espera até o líder do partido decidir quem é o candidato do PAICV no concelho. Se for ele, Freire, o escolhido tanto melhor, e se não for, avança como independente. Em todos estes anos de liderança, 2007 parece ser o mais crítico para JMN, que, entretanto, não esconde que é “o principal interessado na vitória do PAICV” em 2008.

A poucos meses das próximas eleições autárquicas, no PAICV a hora é de arrumar a casa, cerrar fileiras e partir para cima dos adversários. Mesmo que os “adversários” tenham saído das hostes tambarinas, como é o caso de Luís Pires, em S. Filipe, ilha do Fogo, que recebeu esta semana um aviso nesse sentido por parte de José Maria Neves. Se se candidatar à Câmara Municipal de S. Filipe vai ser “adversário” do PAICV e como tal será tratado, já que o candidato tambarina é Eugénio Veiga.

O “aviso” de JMN surgiu dois dias depois do congresso autárquico que o PAICV fez sexta-feira e sábado, na Praia. Presentes estavam

dirigentes nacionais e locais do partido, entre eles Eugénio Veiga, Luís Pires (que chegou um dia depois) e João Baptista Freire, além de amigos do partido. Apesar de ter como principal ponto de agenda a definição da plataforma autárquica do PAICV para as eleições de 2008, foi a situação em S. Filipe e Santa Catarina a dominar a atenção do encontro.

Por mais de uma vez, José Maria Neves sublinhou a necessidade de se respeitar as regras do jogo democrático e a unidade interna, sob pena de o PAICV viver a mesma sorte do MpD nos anos 90. “É preciso nunca perder de vista que estamos numa organização partidária onde há regras de jogo”, afirmou.

Fora isso, JMN defendeu que é preciso valorizar o “património” que o PAICV conseguiu construir nestes anos a nível do poder local, apontando Praia e outros concelhos como exemplos dos “ganhos extraordinários” alcançados pelas autarquias geridas por aquele partido. “Vejam as mudanças que foram feitas na capital do país, numa forte parceria entre o governo e a CM da Praia”, apontou.

E embora assumia que é o principal interessado na vitória do PAICV em 2008, por ser o presidente desse partido, JMN reconhece também que as coisas não dependem apenas dele, e que tão-pouco “ganhar é uma questão

de vida ou morte para o PAICV”. É, sim, “um dever moral, é um imperativo político que o PAICV continue a ganhar as eleições autárquicas aqui em Cabo Verde”.

Instado por este jornal a esclarecer até onde ia o seu particular interesse nas autárquicas de 2008, isto é, se não estaria, com aquela afirmação, a “governamentalizar” as referidas eleições, JMN esclarece que não é essa a sua intenção. “Até porque o povo cabo-verdiano já mostrou que sabe distinguir entre eleições autárquicas e legislativas. Em 2004 perdemos as autárquicas e em 2006 vencemos as legislativas”, exemplifica.

“O que pretendi foi chamar a atenção de todos, no partido e fora dele, para um conjunto de situações a que é preciso pôr cobro. Fora isso, procurei mostrar que as câmaras do PAICV não são as únicas interessadas na vitória: eu, enquanto chefe do governo, também estou interessado na vitória”, concluiu.

Diante dos sinais, este parece ser o momento mais crítico para a liderança de JMN, que corre cada vez mais o risco de ver a sua autoridade desgastada e posta em causa. Segundo ele, “o PAICV é hoje um partido onde mais de uma pessoa concorre ao mesmo lugar, não se importando, por vezes, de atropelar as regras do jogo. Isto é naturalmente mau”.

## SCAPA concorre no Sal

Jorge Spencer Lima, Scapa, é o provável candidato do PAICV à Câmara Municipal do Sal. A decisão, soube este jornal, ainda não está oficialmente tomada, mas tudo aponta que a escolha da estrutura partidária tambarina naquela ilha deverá recair sobre Scapa, conhecido empresário com interesses nos sectores da imobiliária, banca, transportes aéreos e dirigente nacional do PAICV.

Além do Sal, até ao fecho desta edição, as estruturas locais do PAICV tinham ainda por definir quem serão os seus candidatos em Santa Catarina e no Maio.

Para o Maio, Pedro Alcântara surge, de novo, como o nome mais provável, reeditando assim a aposta de 2004. Quanto aos restantes concelhos, as escolhas estão feitas, conforme o apurado por «A Semana», com realce para Felisberto Vieira (Praia), Onésimo Silveira (S. Vicente), Eugénio Veiga (S. Filipe), Emitério Ramos (Porto Novo)...

Entretanto, decidido que está o caso de S. Filipe, resta a situação de Santa Catarina. Aqui, como é sabido, o Sector do PAICV aceitou rever a sua aposta em Arnaldo Brito, de modo a que o líder do partido possa apresentar uma outra solução. Porém, dados recolhidos por «A Semana» indicam que está posta de lado qualquer reconciliação entre a estrutura partidária e o edil João Baptista Freire. Os membros do sector ameaçam demitir-se em bloco caso a escolha de JMN recair sobre Freire. Por seu turno, também Freire já deu sinais, suficientes, de que com ou sem apoio do PAICV vai recandidatar-se a um terceiro mandato.

A decisão de José Maria Neves para Santa Catarina, ao que este jornal sabe, não poderá esperar muito mais. Até fim deste mês ela terá de estar na rua para ser o que cada um quiser.

## PAICV na Boa Vista contesta empréstimo municipal

O PAICV do sector da Boa Vista contesta o empréstimo bancário de 96 mil contos, que a edilidade local pretende contrair para a construção de 32 moradias económicas na Vila de Sal-Rei. Os tambarinas, através de um comunicado, classificam a decisão da equipa de “Djô Pinto” como uma “manobra eleitoralista”, na “tentativa de arrumar a casa”. O crédito foi ontem tema de discussão durante o primeiro dia da sessão da Assembleia Municipal da Boa Vista, que poderá ser a última deste mandato.

O PAICV questiona as “reais” intenções da CMBV, nesta “altura do mandato, em que se deve evitar a adopção de medidas de fundo que possam, desde o início, dificultar a vida ao próximo elenco camarário a sair das próximas eleições autárquicas”. De acordo com a nota, que se traduz numa denúncia pública, “depois de vender todos os terrenos que podia vender, da forma como o fez, depois de desbaratar os 700 mil contos de orçamento que tinha para 2007, vem a Câmara, a escassos quatro meses do fim do mandato, solicitar autorização para contrair um empréstimo bancário”.

Os deputados acusam o edil, José Pinto Almeida, de “delapidar todo o erário público e hipotecar o futuro da ilha da Boa Vista”,

exemplo “visível do desnorte, da deficiente gestão financeira e da deriva orçamental da Câmara da Boa Vista” e estranham a proposta da criação de uma empresa municipal de desporto, cultura e lazer da ilha e de uma outra de habitação.

Presume-se “que esta seja mais uma manobra preparatória na tentativa de arrumar a casa e o futuro dos seus ‘empreiteiros’, topógrafos e arquitectos”. O edil boavistense, diz o comunicado, não tem um plano estratégico e urbanístico para o município, daí que “tudo é feito como calhar e sem uma visão de desenvolvimento integrado para a Boa Vista. A actual câmara é um executivo sem norte, encontra-se à deriva e não está ao alcance dos actuais desafios que se colocam ao concelho”.

### A POSIÇÃO DA CÂMARA

A executivo camarário reagiu à denúncia do PAICV, classificando-a de “políticas”, e defende que a CMBV só quer “evitar que a Boa Vista se transforme numa ilha de barracas”. O assessor do presidente, Ricardo Lima Santos, falou a este semanário – no momento da nossa conversa, José Pinto Almeida

participava da sessão da Assembleia Municipal –, e garantiu que a CMBV procura seguir os passos do desenvolvimento da ilha das dunas, que, “dia após dia, tem conhecido mais entrada de pessoas vindas de outras ilhas e de outros países”.

De acordo com o representante de Djô Pinto, o empréstimo que a CMBV pretende contrair está previsto no programa de linha de crédito disponibilizado pela Agência Francesa de Desenvolvimento a todos os municípios cabo-verdianos. Lima Santos diz não entender a reacção do PAICV, tendo em conta que vários outros concelhos contraíram esse empréstimo, pelo que “deveriam ter dito aos outros, que pediram um valor muito mais alto, a não fazê-lo. Nós só pedimos 96 mil contos”.

Os 96 mil contos serão empregues na edificação de 32 moradias económicas para funcionários do Estado e não só que se deslocam para a ilha em trabalho. Trata-se da segunda fase do projecto da actual CMBV para a construção habitacional. A primeira fase – 16 apartamentos do tipo T2 e T3 para agentes policiais – já está em fase bem avançada. A autarquia possui, ainda, uma parceria especial com a empresa Armando e Cunha, que visa construir mais 195 moradias.

SF





# Ministérios e empresas podem ser testemunhas

A Câmara do Sal poderá ser notificada pelo Ministério Público, para prestar declarações sobre o polémico caso de apanha de areia na zona de Fragata. Caso isso vier a acontecer, a edilidade salense corre o risco de ser constituída arguida por danos ambientais contra uma reserva natural.

Segundo dados recolhidos por este semanário, a autarquia presidida por Jorge Figueiredo poderá ser responsabilizada criminalmente, caso for provado que emitiu licenças para a extracção de areia nessa zona protegida. Além da Câmara do Sal, o Ministério Público poderá ainda incluir os ministérios do Ambiente e das Infra-estruturas na lista de eventuais arguidos deste processo. No entanto, existem fortes possibilidades dos mencionados ministérios virem a ser apenas testemunhas do caso. Por enquanto, os cenários permanecem em aberto, como garantiu uma fonte deste jornal.

Entretanto, seis das empresas de construção civil suspeitas de terem usufruído da areia da reserva de Fragata poderão também ser chamadas a prestar depoimentos junto da Procuradoria do Sal. Destas construtoras, segundo apurou este jornal, apenas uma está na iminência de ser constituída

arguida enquanto que as cinco restantes devem constar como testemunhas. Ou seja, o intuito do Ministério Público é obrigar essas empresas a revelarem como e onde conseguiram autorização para extraírem areia dessa reserva natural, protegida por decreto desde 2002.

Outra informação apurada por **A Semana** indica que o Ministério Público já apresentou as suas contra-alegações aos recursos interpostos por algumas empresas de construção civil estabelecidas na ilha quando ficaram privadas de continuar a extrair areia das praias e dunas, na sequência de uma ordem de interdição emitida pelo Tribunal do Sal, a pedido do Procurador da República Vital Moeda.

Outra medida passível de ser emitida pela Procuradoria do Sal vai no sentido de obrigar a edilidade salense a promover a reposição da areia ainda acondicionada nas instalações de algumas empresas. *“Esse processo terá de ser efectuado com urgência, antes da chegada da areia de Marrocos. Isto para evitar que essas areias venham a ser misturadas de forma voluntária ou acidental”*, diz a nossa fonte.

Esse carregamento, como noticiado na

edição anterior deste semanário, será fornecido pela Central de Britagem para suprir a crise instalada no sector da construção civil, na sequência da interdição imposta pelo Tribunal do Sal no mês de Outubro. E, contrariamente ao anunciado, a areia marroquina não será descarregada no porto de Palmeira esta semana mas sim uma data posterior que pode ir até ao dia 28. *“Até esta data deverão chegar dois barcos com o equivalente a 600 camiões de areia, para abastecer a ilha”*, assegura Pedro Borges. Segundo este administrador da CB, toda a logística está toda montada para garantir a descarga do inerte, que já se encontra a caminho de Cabo Verde, vindo de Marrocos. O próprio comandante do navio fretado esteve durante seis horas na ilha do Sal para conhecer in loco as condições do porto e a forma como o material vai ser descarregado, ou seja, directamente para os camiões das empresas.

A ideia de fornecer o mercado salense com areia importada foi recebida como uma bênção pelos empresários. Várias empresas aderiram à iniciativa e, segundo Borges, um só grupo decidiu comprar todo o carregamento de um barco, ou seja, três

mil toneladas. Outras unidades optaram por adquirir quantidades mais pequenas, que oscilam entre as 50 e as 250 toneladas (ou metros cúbicos). O produto, garante Borges, vai ser vendido pelo mesmo preço praticado na Praia: 3.200 CVE escudos a tonelada.

Para Pedro Borges, a crise da areia no Sal, e noutras ilhas do arquipélago, começa a ter os dias contados. A Central de Britagem passou a importar areia de três países africanos e vai iniciar dentro em breve a dragagem no mar da Mauritània. Graças a este processo, essa unidade industrial pretende armazenar três milhões de metros cúbicos desse inerte nas ilhas de Santiago, Sal e S. Vicente. Se tudo correr como previsto, Sal e S. Vicente poderão receber os primeiros carregamentos de areia dragada entre os meses de Dezembro e Janeiro.

*“A areia dragada vai ficar a um preço acessível”*, adianta Borges, cuja empresa já foi sondada por alguns empreendimentos turísticos das ilhas de Santiago, Sal e S. Vicente para a reabilitação de determinadas praias. Pelo menos quatro praias - Tarrafal de Chão Bom, Quebra-Canela, São Francisco e Santiago Golf Resort - estão incluídas na lista das prioridades. *Kim-Zé Brito*

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8,5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7,5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1,0
05-11-2007	Mercado Monetário Interbancário	6,00
29-10-2007	Taxa Base Anual	3,45
Títulos da Dívida Pública		
29-10-2007	Bilhetes de Tesouro - 91 dias	3,43
23-10-2007	Obrigações de Tesouro - 6 anos	5,49

MERCADO DE INTERVENÇÃO				
Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2007-11-02	TIM	182	4,500	200.000.000,00
2007-10-25	TIM	182	4,500	300.000.000,00
2007-11-12	TRM	14	4,000	500.000.000,00
2007-11-05	TRM	14	4,000	1.500.000.000,00



## BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 14-11-2007				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	79,001	79,142
SUÍÇA	CHF	100	6.702,361	6.715,137
DINAMARCA	DKK	100	1.478,226	1.480,915
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	156,319	156,622
JAPAO	JPY	100	68,441	68,568
NORUEGA	NOK	100	1.392,826	1.395,516
SUECIA	SEK	100	1.186,708	1.189,565
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	75,387	75,589
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,062	11,264

## Fogo com gabinete de apoio às mulheres vítimas de violência



A ilha do Fogo terá a partir de Dezembro próximo um gabinete personalizado, para apoiar mulheres vítimas de violência, conforme anunciou a psicóloga Paula Silva, membro da comissão que vai implementar esse Centro de apoio.

Entretanto a comissão está a trabalhar para implementação desse centro de apoio à mulher e que vai dedicar especial atenção às vítimas de violência doméstica. O primeiro trabalho da Comissão vai ser realizar um estudo que se vai basear num inquérito sobre a violência, drogas e prostituição. Serão inquiridos moradores nos bairros do III Congresso, Belchês e Achada São Filipe. Paula Silva, integrante do grupo, avançou que o estudo, a decorrer no próximo mês servirá como “amostra da situação de violência doméstica” na ilha.

Silva explica que o estudo irá proporcionar melhor conhecimento sobre a violência e que a escolha aos

bairros referidos para neles ser feito o estudo tem razão de ser. É que embora os casos de violência se situem mais frequentemente nos bairros e povoados mais pobres, devido à dependência das mulheres, também há casos de violência nos bairros da classe média/alta. Por este motivo, escolheram o bairro Achada São Filipe, de classe média/alta, para fazer uma comparação com outros bairros considerados de risco.

O gabinete virá a apoiar e seguir as mulheres vítimas de maus-tratos. Sensibilização, prevenção educação e auto-estima femininas são outras das vertentes desta instituição fogueense. Vai-se também identificar mulheres em risco de violência, as causas, assim como os homens que abusam das mulheres para se poder entender as causas desse fenómeno.

A equipa integra psicólogos, médicos, autoridades judiciais, organizações

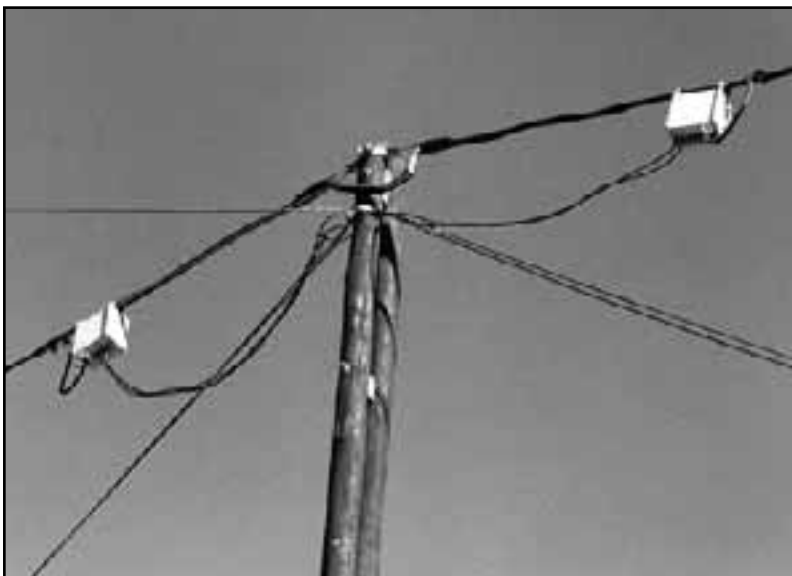
não-governamentais (ONG), elementos da sociedade civil e duas sociólogas americanas ligadas ao corpo da paz e que trabalham actualmente na ilha do Fogo.

O projecto surgiu de uma iniciativa da Igreja Nazarena de São Filipe em parceria com uma emigrante radicada nos EUA, que pretende construir, um centro de conferência e ainda alojamentos para acolher e abrigar mulheres vítimas de violência até ao seu encaminhamento para a justiça.

A promotora da iniciativa, Arminda Pires, fundou, nos EUA, uma ONG, “Mulheres vítimas de violência doméstica em Cabo Verde”, que tem estado a mobilizar fundos para o projecto. Ainda em fase de elaboração, o projecto precisa para a sua concretização de um montante entre 10 e 15 mil contos para equipar e construir o gabinete.

Nicolau Centeio

## Fazenda e Achada São Filipe com avaria eléctrica há quase um mês



Os bairros da Fazenda e de Achada São Filipe, na cidade da Praia têm sofrido cortes sistemáticos de luz eléctrica. Supõe-se que se trata de uma avaria na rede subterrânea, mas, ao que parece, a Electra não conseguiu resolver o problema, que perdura há quase um mês. Os moradores e comerciantes estão revoltados com esta situação pois já causou prejuízos avultados não só no seu negócio como danos nos electrodomésticos.

A energia cai quase todas as noites, a partir das 19h. Ao que **A Semana** apurou juntos dos moradores dessa zona, o pessoal de gestão de redes da Electra chega, conserta, e minutos depois a electricidade falha de novo. Esse “vai e vem” dos homens da Electra dura, geralmente, até às 23h e na noite seguinte é a mesma correria.

Sem luz, os moradores insistem em perguntar o que está a acontecer e porquê é que a Electra não consegue resolver

um problema que se arrasta há vários dias. Os prejuízos aumentam de dia para dia, pois as zonas afectadas têm áreas habitacionais mas também grande movimento comercial, de bares e restaurantes, cabeleireiros, entre outros.

Contactado por **A Semana**, a Electra não consegue dizer o que está realmente a acontecer. o responsável pela gestão de redes na cidade da Praia, Eduardo Gomes, nega que os cortes tenham acontecido na zona de São Filipe, mas, sim, na Fazenda, problemas esses que aconteceram apenas durante dois dias, no fim-de-semana. Segundo explica, houve uma avaria na rede subterrânea, mas “já está consertada desde segunda-feira”.

A nossa reportagem soube no entanto que o concerto nos cabos subterrâneos foi feito apenas em uma das redes da Fazenda e que a outra parte daquele bairro continua até o fecho desta edição

com cortes, todos os dias a partir das 19h. Quanto à Achada de São Filipe, sabe-se que existem sim cortes de energia eléctrica – embora em apenas uma parte dessa localidade –, e que essa quebra tem acontecido, também sistematicamente.

Confrontado mais uma vez, a Electra garante que faz pontualmente um “up-grade” em todos os bairros da capital, e que no caso da Fazenda e São Filipe, “pode ter havido roubos de energia, pequenos curto-circuitos ou problemas de cortes programados pela própria empresa. É preciso saber onde realmente isso está a acontecer para podermos intervir”. E para esclarecer informamos que os cortes de energia na Fazenda só acontecem do lado direito da Avenida Cidade de Lisboa, desde a Estação da Enacol até à ponte de Vila Nova.

SF

## SANTO ANDRÉ DEBATE

### Potencialidades do Mundo Rural

A comissão organizadora das festas de Santo André, patrono daquela freguesia do interior do Porto Novo, realiza no próximo dia 24, na Ribeira da Cruz, uma conferência sob o tema “O Mundo Rural – Potencialidades e Fragilidades”. A abertura do certame será presidida pelo edil Amadeu Cruz. A organização espera ainda a participação de um membro do governo na conferência.

Este segundo fórum, a ter lugar na Ribeira da Cruz, segue-se a outro realizado no passado, “Santo André e o Futuro”. “É uma preocupação continuar com os encontros temáticos sobre os problemas e potencialidades de uma freguesia que reivindica o estatuto de município não só pela sua extensão territorial como pelas potencialidades que encerra”. Serão apresentados três painéis, sendo que o primeiro centrará sobre o Plano Director Municipal na sua vertente de desenvolvimento rural.

“O Mundo Rural – Desenvolvimento e Inovação: A experiência da ONG Atelier Mar”, que terá Leão Lopes como orador, e “As Alterações Climáticas e a Gestão dos Recursos”, apresentado pela equipa do NAPA – Projecto de Adaptação e Mudanças Climáticas, organismo que trabalha com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica –, são outros temas em reflexão nesta conferência, que pretende não só “encontrar ideias e iniciativas”, mas também propor modos de “organização para agricultores e produtores para que possam melhorar a sua produção”.

Nesse sentido, o fórum quer dar um contributo para a definição de novas estratégias para o mundo rural, não só para o concelho do Porto Novo, como também para toda a ilha de Santo Antão. Valter Silva, presidente da comissão organizadora, vai mais longe e considera que a conferência enriquece o programa das festas de Santo André, que incluem ainda, a par do fórum, actividades religiosas e desportivas, bem como a tradicional corrida de cavalos.

Valter Silva destaca ainda o turismo rural como uma das muitas potencialidades que zonas como Ribeira da Cruz, Alto Mira, Martiene e Norte apresentam. Enfim, localidades da freguesia de Santo André que também possuem potencialidades a nível da agricultura e da pecuária, que precisam ser melhor aproveitadas, para melhorar a vida dos seus habitantes.

Relativamente aos constrangimentos do meio rural, o presidente da comissão organizadora aponta a falta de planeamento. “Acho que no meio rural deve-se também planear projectos concretos e estruturantes também para as localidades”, defende Silva, para quem esses eventos, além de ajudar a reflectir sobre o mundo rural, acontecem numa perspectiva de sensibilizar quem de direito para a concretização de um desejo da população de Santo André que é ver a sua freguesia elevada à condição de município.

CP

# JOVENS CABO-VERDIANAS usadas como correios de droga

Cada vez mais jovens cabo-verdianos, essencialmente mulheres com poucos recursos económicos, são usados como correios de droga entre a América Latina e a Europa. Na ilha do Sal sucedem-se as detenções, sobretudo no Aeroporto e nos voos provenientes de Fortaleza.

*“São usadas muitas mulheres cabo-verdianas como correio de droga. São jovens e com uma situação economicamente precária”,* adianta uma fonte oficial na ilha do Sal. Recentemente, a Polícia Judiciária, em especial a corporação do Sal, detectou dezenas de casos de jovens que tentaram chegar à Europa com cocaína dissimulada na roupa ou nas malas. *“Uma senhora da ilha de Santiago, com quatro filhos, foi buscar droga ao Brasil a mando de nigerianos. Na primeira vez, fê-lo por 300 contos, na segunda não recebeu nada e viajou a troco de chantagens e ameaças, na terceira viagem já levou algum dinheiro, mas foi novamente ameaçada até que, por fim, foi detida pelas autoridades no Sal, quando tentava passar com a droga escondida nas calças”,* conta uma fonte de **A Semana**.

Mas, nessa ilha, também já foram detidas, no final de 2006, três raparigas cabo-verdianas que transportavam cocaína dissimulada em frascos de perfume – vinham do Brasil. Em fase de instrução, está o processo de outras três jovens estudantes que, em Julho passado, tentaram chegar a Portugal e a França com droga.

A cocaína que chega ao Aeroporto do Sal

é sobretudo originária de Fortaleza, no Brasil. As autoridades suspeitam que o contrabando de cocaína proveniente da África Ocidental se faz em barcos de pesca ou iates. Os destinos mais comuns, caso se consiga ludibriar as autoridades, são Espanha, Portugal, França e Itália. Já os *“correios de droga”* são nacionais, mas também há europeus (portugueses, franceses, espanhóis, etc) e africanos (nigerianos) entre os detidos pelas autoridades do Sal. Algumas rabidantes – principalmente de Santiago – que se deslocam à costa ocidental africana, a países como o Senegal, procuram também traficar cocaína, mas não têm tido sucesso, e normalmente são desmascaradas pela polícia.

## CONSUMO INTERNO CRESCE

O Aeroporto do Sal já é referido, a nível internacional, como uma das principais rotas de entrada de droga na Europa, soube **A Semana** junto de uma fonte da Judiciária portuguesa. Mas dentro de portas, no arquipélago, o consumo também aumenta, a par e passo do tráfico rumo à Europa.

Uma dose de cocaína (que se mede em tubinhos de baton Labello ou nos frasquinhos de Cola Crazy) pode custar, na ilha do Sal, 400, 500 ou mil escudos, dependendo da qualidade e da pureza da droga. O *“produto”* com mais saída actualmente, na ilha mais turística de Cabo Verde, é o *“cocktail”*, que consiste numa mistura entre cannabis e cocaína ou cocaína e tabaco. Por vezes,

o *dealer* (fornecedor de droga) oferece um bónus a quem compra cocaína em maior quantidade: pelo preço de uma dose de coco leva também uma dose de cannabis para a preparação do *“cocktail”*.

O crack também é muito consumido por quem tem menos recursos económicos, com uma dose a chegar a 300, 400 ou 500 escudos. Não é raro os *dealers* aceitarem objectos furtados em troca dos estupefacientes. Esse é um dos motivos que leva o consumo de drogas a estar directamente relacionado com grande parte dos roubos e furtos que acontecem no Sal.

Nesta ilha, revelam as nossas fontes, já se viu de tudo. Um jovem que cometeu mais de 15 crimes de roubo por causa de droga. Dois rapazes de 17 e 18 anos, agora detidos pelas autoridades, que desde os 12 anos viviam na rua, praticando furtos compulsivos que serviam para alimentar a dependência da cocaína. Um homem que consumiu cerca de 20 contos de cocaína num só dia. Há suspeitas de que jactos privados aterram no Aeroporto Amílcar Cabral transportando droga.

*“A maior parte da criminalidade com alguma complexidade na ilha do Sal envolve a droga”,* assegura uma fonte oficial. Sem querer adiantar mais detalhes, ela explica que, para além de dezenas de casos de furtos e roubos, há suspeitas de lavagem de capitais e de envolvimento de agentes de polícia no tráfico.

RVS



Sexta-feira, 16 de Novembro de 2007 **A Semana**

## PROVA DE VIDA

1º

A Direcção-Geral da Contabilidade Pública (DGCP) publicou no Jornal **“A Semana”** do dia 02 de Novembro de 2007, um *“Aviso”* informando os pensionistas e reformados da função pública de que deverão entregar no prazo de 30 dias, certidões de prova de vida, passadas pelas conservatórias dos registos e notariados (sic). Do mesmo *“aviso”* consta ainda: A não entrega das certidões de prova de vida dentro do prazo indicado, implica a suspensão do pagamento das pensões (sic).

É claro que já entreguei a declaração de prova de vida e demais documentos exigidos, não obstante ter enviado em Fevereiro do corrente ano, o atestado de vida à DGCP como manda a lei. É que vivendo da minha pensão de reforma não quero problemas.

2º

Todos os anos vou pessoalmente a Câmara Municipal de S. Vicente (resido nesta cidade do Mindelo) munido do meu Bilhete de identidade, e solicito ao funcionário camarário incumbido do expediente a emissão do (meu) atestado de vida, o que me é passado sem quaisquer restrições. Na posse do atestado o mesmo é enviado à DGCP sob registo postal (normalmente em

Fevereiro) e, diga-se em abono de verdade, nunca tive qualquer problema na percepção da minha pensão de reforma.

3º

A Lei nº 39/VI/2004 de 02 de Fevereiro que estabelece medidas de modernização administrativa, designadamente sobre acolhimento e atendimento aos cidadãos (sic) dispõe no seu artigo 39º competência às Câmaras Municipais para passarem atestados diversos nomeadamente o atestado de vida. Cabe perguntar: A citada Lei 39/VI/2004 terá sido revogada nomeadamente o seu artigo 39º, retirando assim competência às Câmaras Municipais para passarem atestados de vida?

Será que foi publicado novo diploma sobre a matéria conferindo competência exclusiva aos conservadores dos registos e notários de passarem atestados de vida?

4º

Salvo opinião em contrário, só há lugar à suspensão do pagamento das pensões, tratando-se de reformas da função pública, nos seguintes casos:

a) Falta de entrega da declaração de prova de vida à entidade competente (nº do artigo 27º do Decreto Lei nº 9/2007);

b) Durante o cumprimento de pena

aplicada em processo disciplinar ou criminal (artigo 19º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública e artigo 16º do Estatuto da Aposentação e da Pensão de Sobrevivência)

5º

É evidente que a DGCP tem todo o direito de averiguar eventuais casos de fraude relacionados como o recebimento de pensões e agir contra os presumíveis infractores. O nosso aplauso. Mas será necessário incomodar os pensionistas e reformados da Administração Pública que já haviam enviados os atestados de prova de vida (o nome tanto faz: certificado, atestado ou outros) no prazo legal à entidade competente? E nesta altura do ano, em que se avizinha o período festivo de Natal e Ano Novo, em que muitos Organismos deste País preparam-se para premiar o seu pessoal com pagamento do 13º mês - benefício que os trabalhadores da Função Pública nunca tiveram - cai muito mal a ameaça feita pela DGCP aos pensionistas e reformados da Administração Pública que vêm cumprindo com as suas obrigações.

*PS - Se porventura, os diplomas por mim citados acima, já estiverem revogados, este artigo fica sem efeito.*

Mindelo, 09 de Novembro de 2007  
Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes

## Carrinha branca... Carrinha azul... Talvez um dia...

Sim, talvez um dia a nossa polícia acorde;

Talvez um dia os cidadãos desta cidade possam contar com uma *“polícia mais cortês, mais atenta, mais rigorosa no combate ao barulho”*, citando o articulista Germano Almeida a propósito do seu artigo de opinião BARULHO, em **A Semana**, de 5 de Outubro;

Talvez um dia as balbúrdias das madrugadas que perturbam muitos que têm de trabalhar, para não falar de pessoas idosas, tenham um fim;

Talvez um dia possamos voltar a acordar tranquilamente com o canto do galo, pondo um fim ao latido insistente do cão do vizinho que reage automaticamente a barulhos estranhos muitas vezes perpetuados por aqueles que em grupo percorrem as nossas ruas a altas horas pronunciando em alta voz expressões grosseiras e obscenas;

Talvez um dia determinadas emissoras de rádio e convívios musicais seleccionem atempadamente o seu repertório musical, evitando *“ruídos”* que se traduzem em letras musicais obscenas que chocam pais de família acompanhados de filhos menores;

Talvez um dia a carrinha branca e a carrinha azul ajudem o nosso País a respirar o ar puro do civismo!

Sim, talvez um dia...  
Ariana Melo Almeida

O crescente consumo de drogas em Chã das Caldeiras está a preocupar os moradores dessa localidade que fica no sopé do Vulcão do Fogo. E apontam o dedo às autoridades competentes de não estarem a tomar as medidas necessárias, adequadas e em tempo oportuno.



## Crescente consumo de DROGAS preocupa Chã das Caldeiras

Muitos jovens, menores até, estão a consumir droga (marijuana e outros) em Chã das Caldeiras. A tendência é para este mal se agravar nesta localidade da ilha do Fogo onde entram diariamente dezenas ou centenas de turistas.

Muitos moradores apontam o consumo de droga como a principal causa para o roubo e furto registados na Chã. Por isso consideram necessária e urgente uma intervenção das autoridades para que esta situação se resolva. É que se as medidas de prevenção e punição não funcionarem, as coisas poderão complicar-se nos próximos tempos. *“O consumo de padjinha bem como os problemas a ele associados, têm vindo a aumentar dia após dia, o que muito nos preocupa”*, diz um dos moradores.

O mais preocupante, diz um homem da Chã, é que vários menores de idade estão a usar estupefacien-

tes. Pior, muitos pais desses menores já sabem que os seus filhos estão na droga e nada fazem para os salvar dessa praga. A maioria dos consumidores, denunciam as gentes da Chã, são jovens com idade compreendida entre os 14 e os 26 anos de idade.

Conhecidos estão os factores que levam ao consumo: desde a curiosidade, desejo de viver outras experiências e procura do prazer/diversão, até ao desejo de testar limites e transgredir regras, passando pela pressão dos pares, desafio à autoridade, desejo de afirmação, informação incorrecta ou tanto a sua ausência. Segundo denúncias, a cannabis ou *“padjinha”*, que está a ser produzida em larga escala naquela comunidade, é transportada e comercializada, por pessoas de fora, incluindo turistas. Nos últimos quatro anos, o consumo tem vindo a aumentar de forma acelerada e descontrolada, o que

não só preocupa os moradores mas também as autoridades fogueuses. Mas não é só a cannabis que está a ser usada localidade: segundo fontes deste semanário, regista-se entre os jovens o consumo de *“outros”* tipos de droga.

Mas há quem pense diferente e mostre indignado com a intervenção da Polícia Nacional naquela comunidade. Para estes, a PN não chega à Chã para apurar dados sobre os casos, mas sim aproveitam a visita àquela comunidade (aliás, dizem são raras) para *“divertir-se e tomar um copo de vinho com os amigos”*.

No entanto, o Chefe da Esquadra de São Filipe, Bremen Cardoso, considera que é devido à longa distância entre as esquadras e as localidades que a PN não consegue fazer um controlo mais eficaz. Por isso, diz, é de admitir a possibilidade do consumo e comercialização de drogas acontecer

mais nas localidades distantes do que nas zonas urbanas.

Segundo Bremen, a PN não tem quaisquer dados sobre a comercialização em Chã, razão por que, admite, estas denúncias de **A Semana** vão servir como informação e alerta para as autoridades, nas suas operações. Como explica, estando informada, a PN vai passar a apertar o cerco nas zonas mais distantes. Bremen salienta que a PN faz o seu trabalho com base em denúncias e informações, mas de que em Chã se consome e comercializadrogas, é novidade para a sua corporação.

O chefe da esquadra de São Filipe aproveita para deixar aqui uma mensagem à população: a PN trabalha no intuito de aproximação com as pessoas, de modo a permitir resolver as questões nas comunidades e não numa política de afastar-se das comunidades mais distantes.

Nicolau Centeio

## Polícia de S. Filipe se reclama mais meios

Os casos de roubos e furtos denunciados nos últimos dias estão a deixar a população do Fogo, sobretudo os moradores de São Filipe, preocupados. Na ocorrência mais recente, a polícia recuperou parte dos objectos roubados, deteve os meliantes e apresentou-os ao tribunal. Mas a PN reclama do insuficiente número de efectivos na ilha.

A cidade de São Filipe está a perder a tranquilidade e o sossego, que a caracterizam. É que roubos e furtos aumentam a cada dia, enquanto a polícia se queixa da falta de efectivos para combater a criminalidade no concelho. Moradores contactados por **A Semana** atribuem à droga boa parte da culpa por esse estado de coisas no Fogo.

Os locais salientam ainda que é necessária e urgente a intervenção das autoridades para que esta situação se resolva. Acreditam também que se medidas de prevenção e punição não funcionarem, as coisas poderão complicar-se nos próximos tempos. A maioria dos casos acontece na parte histórica de São Filipe.

Na última semana a casa de um consultor internacional para o projecto de protecção dos recursos naturais do Fogo, localizada no nobre bairro de Achada São Filipe, foi

assaltada, levando os gatunos objectos avaliados em cerca de meio milhão de escudos. A ocorrência foi comunicada de imediato à PN, que acabou por recuperar os objectos.

Outras ocorrências, também, envolvem estrangeiros. É o caso de uma turista que foi assaltada na semana passada, numa das ruas de São Filipe, por um indivíduo do sexo masculino. Segundo pôde apurar **A Semana**, a estrangeira fazia o percurso, a pé, entre um restaurante e a pensão onde estava hospedada quando foi surpreendida pelo gatuno que lhe levou vários documentos, de entre os quais o passaporte e uma bolsa com 20 mil escudos. Sorte diferente teve um casal alemão, que estava a ser vítima de um assalto idêntico também na parte histórica da cidade, porque os moradores locais, ao presenciarem o acto, de imediato chamaram a PN, que chegou antes da consumação do assalto.

Ultimamente há assaltantes que vêm usando máscaras de *“Zorro”*, para não serem reconhecidos. Um deles foi entretanto identificado pela PN e encaminhado ao Tribunal para ser ouvido em declarações.

Conforme o chefe da esquadra da PN em S. Filipe, Bremen Cardoso, a Polícia conseguiu recuperar objectos

roubados, como computadores, GPS, telemóveis, máquina fotográfica, objectos pessoais e mais de 500 contos em dinheiro. Cardoso avançou que os responsáveis pelo acto já foram encaminhados ao Ministério Público.

*“O número insuficiente de efectivos na PN do Fogo, está a contribuir em grande parte para a crescente onda de furtos e roubos”*, reconhece o chefe da Esquadra de São Filipe. Além da falta de meios humanos, ele reclama também de falta de meios materiais, de modo que *“fica difícil o trabalho de prevenção”*.

Mais positiva, refere Bremen Cardoso nesta espécie de balanço ao **A Semana**, tem sido a actuação da secção de trânsito, da PN com medidas de prevenção. Já na secção criminal a eficácia é na parte repressiva não na preventiva. Bremen falou ainda do caso de roubo de painéis solares no centro retransmissor da RTC, situado no Ponto Alto do Sul, dizendo que a investigação está bastante avançada.

A perspectiva é que brevemente cheguem reforços, mais agentes efectivos para esquadra de Santa Catarina do Fogo, a ser inaugurada no próximo dia 25 deste mês, dia da padroeira do município, Santa Catarina.

Nicolau Centeio



# Notas falsas circulam no mercado



Os bancos comerciais da Cidade da Praia têm detectado a circulação de notas falsas. Embora não seja um fenómeno alarmante, ele é real e ninguém está livre de ter dinheiro falsificado sem saber, pois, até as instituições bancárias caem nesta "esparrela". **A Semana** foi saber qual é o circuito que percorre uma nota falsa quando é detectada e quais são os cuidados que toda a gente deve ter.

Apesar de todos os balcões e agências bancárias estarem equipados com aparelhos de detecção de notas falsas, no "front office" onde se faz o atendimento directo ao cliente, o dinheiro contrafeito não deixa de chegar às tesourarias dos bancos comerciais e ao próprio banco central.

Raquel Horta, do Banco de Cabo Verde, explica, que podem acontecer três situações diferentes - o cliente faz o depósito em que a nota falsa é logo detectada na sua presença, iniciando-se de imediato as investigações para saber a origem do dinheiro falsificado. Pode acontecer também que a nota contrafeita chegue à tesouraria do banco e aí é mais complicado saber quem foi o cliente que a fez chegar à instituição. O "prejuízo" dessa nota, que não vale nada, entra então

nas contas do próprio banco. Numa situação ou noutra, as notas falsas são encaminhadas sempre para o BCV e deste para a Polícia Judiciária.

Numa terceira fase de "rastreo", o dinheiro falso pode entrar no Banco Central através dos depósitos das instituições comerciais (que são diários) e que não foram detectados nas tesourarias dos bancos. Nessa altura, como aquela responsável esclarece, o banco que enviou o dinheiro falso é contactado para iniciar as diligências, encontrar os infractores e, depois, o valor da nota é debitado na conta do banco que transferiu a nota contrafeita.

Segundo Raquel Horta, seja qual for a forma como é detectada a nota falsa, ela é enviada para a PJ, que reconfirma a contrafeição, e depois é encaminhada para o tribunal. "O número de notas falsas que dá entrada no BCV é reduzidíssimo, mas o objectivo é diminuir ainda mais essa quantidade. Em 2006, deram entrada cerca de 200 notas falsas e este ano chegou ainda menos dinheiro contrafeito", adianta aquela responsável.

Ainda assim, A Semana entrou em contacto com o BCN, BCA e CECV, na Praia, e todos concordam que a

circulação de notas falsas na capital ainda é "preocupante". Todos dizem estar equipados com aparelhos de detecção e que as notas mais passíveis à falsificação são as de mil escudos, por serem as que mais circulam pelos bolsos e carteiras dos cabo-verdianos.

Raquel Horta confirma esta tendência: "As pessoas prestam mais atenção às notas de cinco mil escudos, que são mais raras, e os contrafactores têm como alvo preferencial as de mil escudos".

Para combater o fenómeno o BCV tem feito formação junto de empresas e serviços, como bombas de gasolina, que lidam directamente com grandes quantidades de dinheiro "vivo". Também apostam em campanhas de sensibilização através da comunicação social para chegarem às pessoas comuns.

É sempre bom lembrar as regras básicas para reconhecer uma nota falsa. As pessoas devem estar atentas à marca d'água que existe em todas as cédulas e ao fio de segurança. A textura do papel também é uma característica muito própria e o holograma, que distingue as notas de mil e de dois mil escudos, serve como mais uma medida para evitar contrafeições. Catarina Abreu

## Mais feridos com armas brancas

### dão entrada no HAN

Feridos à facada ou à garrafada, é assim que têm chegado muitos pacientes ao Hospital Agostinho Neto, o que demonstra um aumento significativo deste tipo de incidentes na capital do país. Só no sábado passado, deram entrada naquela unidade de saúde 20 pessoas agredidas com objectos cortantes, adiantou a este jornal a directora do Serviço de Urgências do HAN.

Aquela responsável disse ao A Semana que o elevado número de vítimas com armas brancas é "anormal para esta altura do ano". É que as épocas mais críticas são os meses de festivais. Agora, acontecem mais casos no fim-de-semana, os pacientes chegam a horas tardias, e normalmente vêm das "paródias". "Brigas de bares e lutas de gangs são também outras das causas destes incidentes", afiança Albertina Lima.

Ao contrário do que acontecia no passado, nos tempos do "badiu di fora, pé na tchon, faca na mon", em que este tipo de agressões eram mais frequentes no interior de Santiago do que na capital, essa tendência agora inverteu-se. Os incidentes com facas e garrafas acontecem muito mais na Praia, principalmente nos bairros problemáticos como Safende, Eugénio Lima e Tira-Chapéu.

Geralmente, quem traz os feridos para o Hospital é a própria Polícia, que logo dá conta da ocorrência. Mas aqueles que vêm com os seus vizinhos e familiares são, depois de tratados, encaminhados para o agente de autoridade que está sempre no HAN.

**A Semana** tentou contactar com o comandante regional da Praia. Mas Alcides da Luz mostrou-se indisponível para falar com este periódico sobre o aumento de agressões com arma branca, por estar a preparar as cerimónias comemorativas do Dia Nacional da Polícia de Ordem Pública.

## Nigerianos

### julgados no Sal

Quatro nigerianos detidos no Sal vão enfrentar a Justiça esta sexta-feira, por suspeita de narcotráfico. Os arguidos - três homens e uma mulher - foram capturados em flagrante delito quando estavam alegadamente a consumir cocaína num bar de Santa Maria e vão ser agora julgados pelo Tribunal do Sal.

O bar "Si ma sta" tornou-se alvo de investigação policial devido aos constantes rumores que circulam no Sal e o apontam como um dos potenciais centros de distribuição e consumo de estupefacientes, de Santa Maria. Perante as evidências, não restou outra alternativa ao juiz dessa Comarca senão responder a um pedido de mandato de busca e apreensão sustentado pela Procuradoria e Judiciária. Durante a operação, quatro pessoas foram detidas mas as autoridades admitem a possibilidade de ter deixado escapar outros suspeitos, tal era a quantidade de gente encontrada dentro do estabelecimento, nessa altura.

Entretanto, um dos réus - neste caso, a ré - viria mesmo a escapular de uma cela policial da Esquadra de Palmeira. Inicialmente, houve suspeitas de envolvimento de um subchefe na fuga da nigeriana. O policial foi alvo de um inquérito instaurado pelo Comando da PN no Sal, que viria a responsabilizar o visado por negligência grosseira. Entretanto, a Procuradoria do Sal decidiu também abrir um processo contra o agente em causa, por suspeita de conivência na fuga da reclusa. O caso continua ainda a correr os seus trâmites.

Ao longo deste processo, nenhum dos arguidos colaborou com as autoridades, nomeadamente na identificação de outros potenciais consumidores e traficantes. Caso vierem a ser considerados culpados de narcotráfico, incorrem em penas que vão dos quatro aos doze anos de prisão, e serão expulsos do país. KzB

# Criminalidade diminui na Boa Vista

A ilha da Boa Vista esteve mais segura durante os primeiros seis meses de 2007, isso quando os dados são comparados com os do mesmo período do ano passado, garante o chefe de Esquadra local, Pedro Fonseca. De Janeiro a Julho, a Polícia Nacional (PN) registou menos 45 casos de crimes contra pessoas - 95 em 2007 contra 137 em 2006. Contudo, realça o comandante da PN na Boa Vista, houve sete casos a mais de assaltos a residências e mais 8 acidentes de trânsito em relação ao ano passado. A registar também algumas detenções, umas apenas para o efeito de identificação mas três pessoas viram a sua prisão legalizada pelo tribunal.

O balanço da actuação da Polícia de Ordem Pública, durante o primeiro semestre deste ano, aponta para a diminuição da criminalidade em toda a ilha da Boa Vista. De Janeiro a Junho de 2007 aconteceram 95 crimes contra pessoas - agressões, assaltos, violência, difamação, entre outros - , menos 45 casos em relação ao mesmo período de 2006, quando se registaram 137 casos.

Esta descida nos dados sobre a criminalidade na Boa Vista aconteceu, afirma Pedro Fonseca, graças ao grande esforço dos elementos da POP, que tudo fizeram para

umentar a segurança da ilha. De acordo com o comandante, a polícia esteve mais presente nas ruas e nos zonas de maiores riscos de criminalidade. "Apostámos este ano nas rondas policiais, o que surtiu efeito. Por outro lado, com o posto móvel, que veio muito a calhar, passamos a fazer atendimento auto no interior da ilha".

O crime contra propriedades, porém, teve um ligeiro aumento. Enquanto no primeiro semestre de 2006 os registos apontam 65 casos, nos primeiros seis meses deste ano aconteceram 72 assaltos a propriedades de toda a ilha. São sete casos a mais do que o ano passado. Mas esse aumento não é tão significativo e tem uma explicação: "temos mais construções civis agora. E esses furtos acontecem na sua maioria nos estaleiros das obras. Por outro lado, as pessoas continuam com o hábito de deixar as suas portas abertas".

Aumentou também o número de acidentes nas estradas da ilha das dunas. Foram registados 18 casos durante o primeiro semestre de 2007, contra 10 no mesmo período do ano passado. De acordo com o chefe de esquadra, esses acidentes ocorreram maioritariamente na via que liga a zona do Rabil à Vila de Sal Rei. Por

ser uma estrada "asfaltada, boa e que só tem um ano de vida, os condutores estão a deixar-se levar pelo "feeling" e a descuidar-se mais, o que aumentou o número de acidentes. Este ano também temos mais viaturas a circular na Boa Vista".

Esses aumentos, salienta Fonseca, devem-se "a um novo ritmo de vida que se assiste nos últimos meses. Há um movimento maior de pessoas e bens, quase todos os dias há gente nova a vir trabalhar nas construções e a trazer consigo os seus hábitos e costumes, mas também os seus defeitos. Pode-se dizer que Boa Vista tem neste momento uma população flutuante que ultrapassa já os nativos. Isto é próprio de uma ilha em desenvolvimento, o que tem as suas vantagens, mas também as suas desvantagens".

Por isso, considera o comandante, pode-se considerar que "o balanço é positivo. Com apenas 14 elementos da POP, mais 2 agentes da Guarda Fiscal e dois da Polícia Marítima, conseguimos reduzir o número de crimes contra as pessoas e fazer com que o clima de segurança, se mantenha na ilha, uma tendência inversamente proporcional ao desenvolvimento que estamos a viver nesta ilha." **SF**

# David Lima responde, ao Dr. Geraldo Almeida (I)

1. O nº 822 do jornal "A Semana", de 9 de Novembro último, traz mais um artigo da autoria do Sr. Dr. relativamente à questão dos terrenos da Boa Vista e em que, mais uma vez, traz à baila o nome de David Lima.

Há bastante tempo que o Sr. Dr. escolheu a praça pública para defender o direito de propriedade de particulares e alegadamente violado pelo Estado, e nesse exercício tem vindo a referir-se recorrentemente à minha pessoa, em todos os órgãos da comunicação social, sem que alguma vez tenha sentido a necessidade de me pronunciar em público sobre os ataques que me tem dirigido, de tão risíveis e caricatos que são.

Mesmo o memorando recentemente tornado público não o foi por minha iniciativa, mas sim do Governo, respondendo a um pedido seu e que foi satisfeito na hora.

Se pela primeira vez me vejo obrigado a descer à praça para tratar do assunto, no espaço de sua eleição, é porque está a tornar-se manifesto que, apesar dos sinais que vinha dando em sentido contrário, ainda não se convenceu de que a praça pública não é o local mais adequado para um advogado defender os direitos violados dos seus clientes.

De facto, pelo seu *modus operandi*, a impressão que fica a qualquer observador atento é a de que o Sr. Dr. montou uma tenda na praça, instalou-se, gostou do local e proclama a quantos quiserem escutá-lo «Daqui não saio, daqui ninguém me tira».

No entanto, já tinha assumido o compromisso público de deixar a praça e dirigir-se à barra do Tribunal, para exercer no local adequado o mandato que lhe foi conferido pelos seus clientes.

No mês de Setembro último, os órgãos de comunicação social haviam tornado público que o Sr. Dr. prometeu entrar com uma acção no Tribunal contra o Executivo, logo no início de Outubro. Lembra-se?

Hoje temos 16 de Novembro, e nada.

Continua a fazer-se de distraído, mantendo-se tranquila e comodamente instalado na praça e a escrever cartas a partir da tenda que montou numa das suas esquinas e, contudo, quem se abança na praça são os pedintes, os requerimentistas e alguns aposentados.

Há-de convir comigo que andar a mendigar o favor do Estado, embora sob a capa de reivindicação de um direito, enviando requerimentos avulsos ao Governo, assentado e à sombra de uma tenda instalada na praça pública, não é propriamente uma forma muito digna de exercer um mandato para a prática de actos forenses,

do mesmo modo que o Sr. Dr. não se devia considerar um aposentado ou dar espaço a que se forme na opinião pública a imagem de que se aposentou.

Advogado *no activo* vai à luta, na barra e no espaço adequado para uma actuação eficaz e para a obtenção de resultados.

Os seus clientes deram-lhe plenos poderes para os representar e defender os seus interesses no espaço apropriado para o efeito, mas o Sr. Dr. começou por **devolver-lhes os poderes, e a "bola"**, aconselhando-os que seria melhor que fossem eles mesmos a fazer a sua defesa, pelos seus próprios meios e «à primitiva», isto em pleno século XXI e quando parece pretender convencer que transpira ciência jurídica por todos os poros, depois de ter estudado "... 5 anos para fazer uma licenciatura, 4 anos para fazer um mestrado, cinco anos ou mais para fazer um doutoramento..."

O Dr. não se dá conta de que com tal atitude, na prática, simplesmente **demitiu-se com relação ao mandato** que lhe foi conferido por aqueles que em si confiaram enquanto jurista, técnico do direito e profissional do foro.

Quando assim é, o caminho mais apropriado é o subestabelecimento dos poderes ou, então, a concretização da recusa definitiva, pura e simples, do mandato.

2. Entrando na apreciação do citado artigo que fez publicar no último número do Jornal "A Semana", em que volta à defesa dos interesses dos seus clientes, mas ainda no âmbito da praça pública e uma vez mais recorrendo ao ataque pessoal à minha pessoa, o respectivo texto suscita-me no imediato os seguintes comentários:

a) Registo que o Dr. continua a defender a mesma posição e com os mesmos argumentos de sempre e já sobejamente conhecidos;

b) Embora tenha antes afirmado, em termos genéricos, que não tem patifarias no seu currículo, não se defendeu relativamente às constatações e à denúncia concreta feita de que, na qualidade de advogado, actuou no processo em referência com a seguinte sucessão de actos "... *incitamento à violência, chantagem, engano e impostura, violação de regras deontológicas, tentativa de "assalto" ao Tesouro, bajulação, aliciamento à corrupção, ameaças ao Governo, incitamento ao incumprimento da lei e ataque pessoal a um técnico da Administração*";

c) Constatado que apenas esboçou um ligeiro gesto exclusivamente com relação à revelação de que violou regras deontológicas, ao informar que vai questionar pessoalmente a Ordem dos Advogados se violou alguma regra deontológica no caso dos terrenos de Boa Vista, o que se trata de um evidente *bluff*, qual expediente estéril e que visa tão só travar a iniciativa que cabe ao Governo, pois sabe que se trata de uma manobra para fazer morrer o processo uma vez que a Ordem não irá analisar a questão e se pronunciar ou actuar sem provas, e as provas não estão consigo e sim com a Administração.

O Dr. sabe que se o Governo não fizer a denúncia, confiando que a Ordem vai decidir só com base no seu questionamento, o mesmo estará condenado a esperar *ad aeternum* pela conclusão do processo por si desencadeado.

d) Ignorou por completo a constatação feita, e de forma expressa, que "... Como advogado, brincou, com o maior à vontade e sem nenhum pejo, com questões muito sérias e atentou contra o que devia ser caro a qualquer cabo-verdeano, desde logo, a paz social nas ilhas, o investimento estrangeiro em Cabo Verde e a garantia de segurança jurídica das transacções imobiliárias no país".

e) Manteve um sepulcral silêncio quanto à conclusão extraída de que "... Ao invés de aportar uma contribuição técnica e suficientemente válida para a resolução da situação existente no sector fundiário, optou antes por introduzir elementos geradores de uma ainda maior desestabilização e anarquia no sector, procurando subverter completa, perversa e impiedosamente o sistema."

3. O que é novo no seu último texto, dado à estampa a partir da tenda que montou na praça pública, são as afirmações de que:

a) Um dos diplomas em que eu me sustentei para justificar que não pode haver usucapião de terrenos do Estado, o Regulamento de Ocupação e Concessão de Terrenos, aprovado pelo Decreto nº 43 894, **se encontra**

**suspenso em Cabo Verde desde 1971** e, não sendo aplicável, logo, não podia portanto ser invocado;

b) Mesmo que o Decreto nº 49121, de 11 de Outubro, tivesse aptidão para conferir ou retirar algum direito de propriedade, pelas regras de aplicação da lei no tempo **só podia valer para o futuro**, sendo igualmente certo que o Regulamento de 1969 **só se aplica para o futuro**, portanto não pode ter por efeito destruir situações passadas;

c) O trabalho do Dr. David Lima é um trabalho de amanuense que recorreu ao seu canhenho e reproduziu as fórmulas legais que lá encontrou;

d) O signatário nutre um **grande ódio** "... *pelos* pessoas de Boa Vista e pelo seu Advogado" e que o pretenso parecer constitui uma peça hostil contra o advogado dos proprietários de Boa Vista e contra a pretensão destes;

4. Passo a responder-lhe a esses dados novos, ponto por ponto e pela mesma ordem :

4.1 - Quanto à inaplicabilidade **em Cabo Verde** do Decreto nº 43894, por o mesmo se encontrar suspenso desde 1971.

O diploma que suspendeu a vigência do citado Decreto, a Portaria Ministerial nº 528/71, de 29 de Setembro, estatui que o Regulamento de Ocupação e Concessão de Terrenos, aprovado pelo Decreto nº 43 894, aplica-se "... *unicamente às áreas das freguesias em que se forem sucessivamente iniciando as respectivas operações de cadastro a partir das datas da publicação no Boletim Oficial do início de tais operações, considerando-se suspensa a sua vigência nas restantes áreas da província*."

Acontece que, pelo Edital de 18 de Agosto de 1969, publicado no BO nº 34, de 23 de Agosto do mesmo ano, havia sido dado início às operações de cadastro geométrico

predial na ilha de Santiago, logo, o Decreto nº 43894 tornou-se automática e imediatamente aplicável a todas as freguesias da ilha de Santiago. Através do Edital publicado no BO nº 28, de 10 de Julho de 1971, foi comunicado o término das operações de cadastro geométrico em Stª Luzia. Pelo Edital de 18 de Abril de 1972, publicado no BO nº 18, de 29 de Abril do mesmo ano, foi anunciado o início das operações de cadastro geométrico predial do Concelho do Sal, passando portanto o citado diploma a vigorar em toda a ilha.

Através do Edital de 8 de Novembro de 1972, publicado no BO nº 46, de 11 de Novembro do mesmo ano, foi comunicado o início das operações de cadastro da freguesia de Nossa Senhora da Luz do Concelho de S. Vicente, tomando-se o diploma aplicável a essa parcela da então província de Cabo Verde.

Está portanto provado que, contrariamente ao que pretende fazer crer no seu texto, o Decreto 43894 teve vigência numa parcela de Cabo Verde. *Quid iuris*, no caso das demais parcelas onde entretanto não foi dado início às operações do cadastro ?

Será de admitir, como o Sr. Dr. parece defender, que com relação à respectiva gestão fundiária não seria aplicável o regime instituído pelo Decreto nº 43 894, assistindo-se à divisão do território em duas partes: uma em que imperava a lei e a ordem e a outra transformada em selva ou autêntico caos, devido à suspensão da vigência do diploma que vinha vigorando em toda a província desde Agosto de 1969?

Chegados neste ponto, não diria que lhe vou dar uma lição de direito, até porque não precisa dela e nem fica bem a um Mestre em Direito e Professor Universitário de Direito receber lições de direito de quem apenas sabe fazer "trabalhos de amanuense".

Diria antes que apenas lhe vou recordar princípios básicos que qualquer aluno de direito aprende logo no início do curso, pois o direito tem solução para esse tipo de problema.

No caso das áreas em que estivesse suspensa a vigência do diploma, o facto de as diversas situações não estarem cobertas directamente pela lei não significa que a vontade legislativa terá sido no sentido de, em tal situação, passar nelas a imperar a lei da selva e o vazio.

Põe-se efectivamente a questão de saber se o legislador, ao suspender a vigência do Decreto nas áreas onde não se tivesse dado início às operações de cadastro, previu as situações e quis mesmo essa solução, ou seja, o caos ou a anarquia numa parcela, enquanto que na outra imperava a ordem e disciplina, ou antes se não se trata de uma mera situação de não previsão das consequências do acto de suspensão.

A questão se coloca e é pertinente pois torna-se evidente a persistência do mesmo substrato, num e noutro caso, os valores defendidos são os mesmos, a lógica interna do sistema de gestão é a mesma, e em qualquer caso prático que surja

existirá uma analogia das situações e uma identidade da razão de decidir, pedindo os casos analisados a mesma regulação por assim o exigir a justiça relativa, o que significa que, já pela própria natureza dos interesses em causa, será de presumir que um legislador atento e sensato, se tivesse previsto o caso das situações não cobertas pelo Decreto 43894, não deixaria de lhes dar o mesmo tratamento jurídico com base no facto de para eles também valer a mesma *ratio legis*, por haver uma identidade substancial das situações, obviando desse modo a introdução de dissonâncias no sistema jurídico.

Em sede interpretativa, e perante qualquer situação em concreto, poderia a todo o momento pôr-se a hipótese de se estar perante um caso omissio, que haveria de preencher-se pelo processo legal de integração das lacunas previsto no artº 10º do Código Civil, que preceitua o seguinte:

"1. Os casos que a lei não preveja são regulados segundo a norma aplicável aos casos análogos;

2. Há analogia sempre que no caso omissio procedam as razões justificativas da regulamentação do caso previsto na lei.

3. Na falta de caso análogo, a situação é resolvida segundo a norma que o próprio intérprete cria, se houvesse que legislar dentro do espírito do sistema".

No caso *sub júdice* nem haveria que criar norma para o efeito, por ela existir e estar à mão para ser implementada de forma faseada em todo o Cabo Verde.

Essa interpretação feita pela Administração ao longo dos anos permitiu-lhe assegurar ou manter, enquanto não se dava início às operações de cadastro nas outras áreas, o equilíbrio e a lógica interna do sistema, evitando desse modo a introdução de discrepâncias ou distorções no ordenamento jurídico e a emergência de dissonâncias ou incoerências no sistema de gestão fundiária a nível do país.

Eu disse logo no início que o Sr. Dr. nem precisava dessa lição de direito, porque sabe muito bem que é assim.

No relatório final apresentado no âmbito do Projecto FAO/TCPCVI/2202, sob o título "*Apoio à revisão da legislação fundiária e das instituições encarregadas da administração fundiária*", a páginas 64, no ponto 10 e no primeiro parágrafo, o Dr. escreveu que "... *Também na segunda metade do Século XX foi adoptado o mais importante diploma sobre a gestão da terra, ainda em vigor, o qual recebeu o nome significativo de Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas, aprovado pelo Decreto nº 43 894, de 6 de Setembro e tornado extensivo a Cabo Verde pela Portaria nº 24 229, de 9 de Agosto de 1969*".

Em que ficamos, Sr. Doutor ?  
- A suspensão é total, e com relação a todo o Cabo Verde, como deixa entender no texto do seu artigo ora em apreço, ou ela é parcial, como acabei de demonstrar ?  
- No caso de admitir que o diploma tem vigência e é aplicável mas apenas a uma parte do território, defende que na outra parte só poderá haver lugar ao caos e à anarquia, com desregulação completa da gestão fundiária?

4.2 - Quanto à alegação de, tanto o Decreto nº 49121, de 11 de Outubro, como o Regulamento de 1969 **só poderem valer ou se aplicarem para o futuro**, não podendo portanto ter por efeito destruir situações passadas, aqui já assumo que lhe vou explicar a matéria visto que tem demonstrado não ter o necessário domínio da legislação respectiva:

a) Nenhum dos diplomas que citou conferiu ao Estado direitos que não viessem de trás, ou seja, de legislações anteriores, e é a partir dessas legislações anteriores que deve ser retomada a cadeia dominial;

b) Só para citar lei mais recente, o artº 1º do Regulamento Geral Para a Execução da Carta de Lei de 9 de Maio de 1901, já estatuiu que eram do domínio do Estado, no Ultramar, todos os terrenos que na altura não constituíssem propriedade particular adquirida **nos termos da legislação portuguesa**;

c) Esse conceito de aquisição "*nos termos da legislação portuguesa*" foi precisado pelo Supremo Tribunal de Justiça português, no Acórdão publicado no BMJ 209, a pág. 138, no sentido de que "*Pertencem ao Estado todos os terrenos existentes nas províncias e relativamente aos quais outra pessoa singular ou colectiva não disponha de título legítimo de aquisição de propriedade*";

d) Qualquer situação passada e anterior a 1969 só poderá pois ser considerada **validamente constituída** se os terrenos já tivessem entrado, legal e definitivamente, no regime especial de propriedade privada, à data da entrada em vigor do Regulamento de 1901;

e) Não havendo **título ou um verdadeiro e válido negócio na origem**, os terrenos pertencerão ao Estado, por força da lei (a lei que o Dr. não gosta que seja citada);

Por isso que, se não há inscrição anterior (legítima) do direito, se não for apresentado um contrato comprovativo da compra, ou se apresenta um contrato de compra e venda mas não se demonstre que o vendedor tinha adquirido, por título legítimo, esse direito, impõe-se no mínimo a presunção de que o terreno não entrou definitivamente no regime de propriedade privada, e se não entrou no regime é porque é terreno vago, nos termos do que viria a ser estabelecido pelos §§ 1º e 2º do artº 2º do Decreto nº 43 894, que diz o seguinte "... *Consideram-se vagos os terrenos que não tenham entrado definitivamente no regime de propriedade privada ou de domínio público*", e sendo vago o terreno este pertence ao Estado e não pode ser adquirido por prescrição aquisitiva (cf. por todos, os Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça publicados nos Boletins do Ministério da Justiça nºs 138, 164 e 174).

Acredite que não foi por hostilidade ao advogado que havia concluído antes no sentido de que, nos trabalhos que tem efectuado como consultor da FAO, no âmbito da revisão da legislação fundiária, **a visão pessoal e os interesses defendidos pelo advogado** têm lograda prevalecer, com recurso à mesma sorte de argumentos inverídicos e extremamente perniciosos e que "... *os resultados desses trabalhos apontam no sentido de que nos próximos anos o país vai pagar a correspondente factura e por um preço bastante elevado*".

O Sr. Dr. acaba de confirmar no artigo em análise que tem interesse pessoal e familiar na questão das terras, reconhecendo que "... *De entre os terrenos da Imovista há registos em nome de Geraldo José da Cruz, meu avô materno. Nunca aceitaria alhear-me da minha condição de proprietário e da defesa dos meus interesses*".

O Dr. já viu agora o motivo porque disse que "... *ao que parece, não vem sendo dada atenção às consequências do que vem dizendo e fazendo o Dr. Geraldo Almeida em matéria de solos*", e já viu porque em condições normais não devia e nem poderia, nunca, ser consultor e nem redactor do diploma que aprovou a chamada lei dos solos?

Por um lado, revela um evidente desconhecimento do que é básico em matéria de solos em Cabo Verde e, por outro lado, assume que não pode de forma nenhuma alhear-se da sua condição de proprietário e da defesa dos seus interesses com relação aos terrenos, ou seja, não reúnia as necessárias condições de isenção e de domínio técnico da matéria cuja regulação foi encarregue de propor e redigir.

Em termos objectivos, e em qualquer Administração, essa mistura seria sempre liminarmente evitada ou barrada, logo na definição do perfil do consultor e nos termos de referência do concurso, porque claramente prejudicial na óptica do interesse colectivo: desconhecimento do sector, ignorância de conceitos básicos do regime legal respectivo e suspeição derivada da existência de um interesse pessoal de cuja defesa o Dr. vem agora dizer que não aceitaria alhear-se na sua condição de proprietário. Está tudo dito e o resultado só podia ter dado no que deu.

O Dr. já imaginou o que será se o Governo decidir promover uma avaliação ex-post da lei dos solos, com recurso a especialistas de reconhecido mérito na matéria a nível internacional, como tem vindo a ser feito pela maioria dos Governos ?

No Fórum que reuniu recentemente os Notários e Conservadores dos Países de Língua Portuguesa, e integrando o grupo dos participantes e a assistência que o vaiou quando tentou debitar "a sua ciência" sobre a matéria, esteve presente uma especialista brasileira que integrou a equipa internacional de experts que tinha acabado de realizar na Rússia uma avaliação da respectiva lei de solos, a pedido e mediante contrato estabelecido com o Governo desse país.

Lembra-se dela?  
**David Lima**  
(wContinua)